



# Anais da Assembléia

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA**  
**ATA 16.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1993**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cesar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achan-do-se ausente o Sr. Deputado Orlando Pes-suti (01).

Verificada a existência de número le-gal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nos-sos trabalhos

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser li-da.

**Aprovada.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solici-to ao Sr. 1º Secretário Chamada Nomi-nal dos Srs. Deputados.

Comunico a presença do Comendador Wei-der Aguiar e da radialista Rosemari Ta-ques, das Rádios Pitangui e Sant'Ana de Ponta Grossa, a pedido do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a chamada

nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Res-ponderam à chamada 36 Srs. Deputados. Em votação a Ata.  
**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

OF. N° 010/93

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para comunicar à Mesa Executiva, a nossa ausência nas sessões plenárias dos dias 23, 24 e 25 do presente mês.

Justifica-se tal ausência em compro-missos de interesse deste Poder, assumidos no Distrito Federal e Região Centro-Oeste do Estado nestas mesmas datas.

Colhemos o ensejo para ratificar nos-sas expressões de distinguido apreço e respeito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

OF. N° 47/93

Senhor Presidente.

Temos a liberdade de dirigir-me a Vos-sa Excelência para apresentar justificati-va à minha ausência aos trabalhos parla-mentares em Plenário nesta Casa de Leis, tendo em vista que motivos particulares junto a minha família impedem-me a presen-ça nestes dias 22, 23, 24 e 25 de março deste corrente ano.

Sendo só o que se me oferece no momen-to, permita-me, ao ensejo, apresentar meus sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

**Indicações:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Bancada do PTB nesta Assembléia, venho indicar o De-putado João Iensen para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará pos-síveis desmandos ocorridos nos episódios de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB nes-ta Assembléia, vem indicar os Deputados

Eurides Moura e Nereu Moura para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará irregularidades eventualmente ocorridas nos episódios do Município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) RENATO ADUR  
Líder do PMDB

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de vice-Líder do Bloco Parlamentar Independente, venho indicar o nome do Deputado Lourenço Fregonese, para em nome do Bloco, compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará as questões relativas aos episódios de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) HEINZ HERWIG  
vice-Líder do BPI

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDT nesta Casa, venho indicar o nome do Deputado Luiz Carlos Zuk para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará questões relativas à situação ocorrida em Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) PAULO MAIA  
Líder do PDT

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PFL nesta Casa, venho indicar o nome do Deputado Duílio Genari para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará questões relativas à situação ocorrida em Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Líder do PFL

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PP nesta Casa, venho indicar meu nome para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará questões relativas à situação ocorrida em Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NILTON BARBOSA  
Líder do PP

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de mensagem à Promotoria Pública do Estado de Alagoas solicitando o

empenho para averiguação completa e adoção das medidas que se fizerem necessárias em referência ao assassinato do Vereador da cidade de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas, Sr. Renildo José dos Santos.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo fatos publicados pela imprensa nacional o vereador supra citado vinha sofrendo pressões e ameaças por ter afirmado publicamente sua orientação sexual. Este brutal assassinato é fato extremamente grave, sobretudo quando sabemos que o vereador Renildo foi afastado do cargo e criticado duramente pelos outros vereadores da cidade.

Acreditamos que esta Promotoria tem o dever de apurar com rigor os fatos ocorridos e dar os encaminhamentos necessários.

#### REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente:

Os Deputados que subscrevem este requerimento, no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 62, parágrafo 3° da Constituição do Estado do Paraná, requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por sete membros e igual número de suplentes, para a finalidade de apurar as ocorrências da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, onde confrontos entre posseiros sem terra e as autoridades policiais levaram à morte de pessoas, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

(aa) OSWALDO TREVISAN

NEREU ALVES DE MOURA

Apoiamento: Duílio Genari, Luiz Antonio Setti, Severino Félix, Basílio Zanusso, João Iensen, Constenaro Neto, Luiz Carlos Zuk, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Júlio Bifon, Antônio Annibelli, Nilton Barbosa, Domingos Carvalho, Neivo Beraldin, Carlos Simões, Eurides Moura e Djalma de Almeida César.

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido de constituição de uma CPI para apurar as ocorrências de Campo Bonito decorre das atribuições constitucionais do Poder Legislativo (Constituição do Estado do Paraná, art. 54, XXVIII), que na sua função fiscalizatória dos atos da Administração Pública tem a mais elevada jurisdição política, justamente para esclarecer controvérsias e dirimir dúvidas sobre o exercício das tarefas governamentais, fundando-se ainda na evolução histórica dos Parlamentos de defensora das liberdades e da cidadania.

No caso em tela estabeleceu-se controvérsia entre as versões oferecidas pelo Poder Público Estadual quanto à ocorrência

da morte de três integrantes da Polícia Militar, que estariam em missão oficial na área invadida e, na seqüência, da morte de um líder dos invasores sem terra, que teria resistido à prisão por parte de um destacamento de elite das forças da Polícia Militar.

Ante o desencontro das versões apresentadas sobre os episódios de Campo Bonito, o Ministério da Justiça do Governo Federal decidiu enviar uma Comissão especial de investigação ao Paraná, que acaba de apresentar uma versão preliminar da ocorrência ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, em desacordo com as informações oferecidas pelo Governo do Paraná.

Estabeleceu-se, portanto, uma controvérsia entre a versão original do Governo do Estado e o relatório preliminar da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o que coloca em jogo a idoneidade e veracidade de autoridades estaduais, além de afetar o bom nome do Paraná, Estado titular de autonomia política federativa.

Para esclarecer em definitivo os fatos é que requeremos seja a Assembléia Legislativa informada oficialmente da ocorrência, mediante apuração procedida por uma Comissão Parlamentar de Inquérito por ela instuída, nos termos da Constituição e das Leis.

#### REQUERIMENTO N° 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 68/93, que fixa os níveis de vencimentos dos cargos efetivos e transitórios, dos servidores ativos e inativos, dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada, serventias e servidores temporários regidos pela CLT, conforme especifica e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

#### REQUERIMENTO N° 409

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar Temporária, na forma do disposto no inciso I do artigo 34 do Regimento Interno, em consonância com o artigo 35 do citado ordenamento, composta por 05 (cinco) membros com vigência nos trabalhos por 90 (noventa) dias para acompanhar e apresentar alternativas técnica e econômica no que diz respeito ao acordo assinado pelos Governos da Bolívia e Brasil para a construção do gasoduto de importação de gás natural.

Sala das Sessões em, 22.03.93.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Namir Piacentini e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Um dos últimos atos do Governo Collor, foi assinar um acordo com o Governo da Bolívia, para a importação de gás natural daquele país com a execução de uma dutora pela rota Puerto Soarez-Corumbá.

No entanto, tal rota, implica na construção de outra dutora para importar o gás da Argentina, o que é de difícil aceitação tanto pelos Argentinos quanto pelos bolivianos que desejam evitar a todo custo que seus produtos percorram desnecessariamente uma distância maior, em território de seus naturais competidores, para atingir o mercado brasileiro.

É inegável que a situação ideal para o Brasil é ter viabilizadas simultaneamente as duas opções de importação buscando assegurar por muitos anos a regularidade e a perenidade do abastecimento, desenvolvendo a integração energética do Cone Sul, com a interligação regional dos produtores e consumidores do combustível do terceiro milênio.

Entretanto, a viabilização (simultânea ou não) dos projetos que interessam aos dois países produtores desenvolver de forma independente, certamente significará a necessidade de um aporte de recursos para investimento muitas vezes superior à viabilização de somente um deles que poderia promover o escoamento da produção dos dois países, já que a maior parte do gás disponível para exportação - noroeste argentino e sul boliviano - se encontram num mesmo "string", a oeste da fronteira com o Paraguai.

A PETROBRÁS, como detentora do monopólio da importação e transporte interno do gás natural, deverá buscar definir que opção significará a entrada do produto no mercado brasileiro ao menor custo, asseguradas a regularidade e perenidade do abastecimento ao país.

Atualmente, as opções de traçados dos gasodutos em estudo no Brasil, contemplam a entrada do gás boliviano pela fronteira Puerto Suarez-Corumbá ou por um gasoduto cruzando o território paraguaio entrando no Brasil por Foz do Iguaçu. Esta opção permite que se transporte por um só gasoduto, tanto o gás boliviano quanto o gás argentino a ser produzindo na "Cuenca Noroeste".

O estudo que demonstra técnica e economicamente, a melhor alternativa para a construção do gasoduto, do ponto de vista dos interesses gerais do País, é a rota Sta. Cruz-Yacuíba-Assunção-Foz do Iguaçu-Curitiba, facilitando ramificações por toda a Região Sul.

O Governo Itamar, contudo, apesar de todos os alertas, insiste em executar a obra com base na rota escolhida por Col-lor: Santa Cruz-Porto Suarez-Corumbá-Campo Grande-São Paulo que apresenta inúmeros inconvenientes, amplamente analisados no documento (tal rota tenta viabilizar o as-salto às reservas - as maiores do mundo, de 104 milhões de toneladas - de manganês do chamado maciço de Urucum", em meio ao Pantanal Matogrossense, com resultados ca-tastróficos do ponto de vista ambiental.

## REQUERIMENTO N° 417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais RE-QUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. NERU GOUVEIA, ocorrido no último dia 20, no mu-nicípio de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

O conflito de gerações se sucedem constantemente, principalmente no Brasil onde as estabilidades emocionais diversi-ficam em função de que não existem perspectivas para o futuro em termos de aproveitamento da atual juventude.

Por essa razão e muitas outras, tra-zendo transtornos constantes em centenas de lares, onde a terminologia "tragédia" passa a fazer parte do cotidiano, criando situações dramáticas e deveras constrage-doras, cujos resultados negativos ficam marcadas eternamente, deixando lacunas in-transponíveis.

Dentro desse contexto o jovem Neru Gouveia, veio a falecer no último dia 20 na cidade de Paranaguá, onde deixou seus familiares e amigos profundamente conster-nados pela forma que deixou esse mundo terreno, se esteve, ou estava certo, so-mente o tempo dirá.

Na sua trajetória fez amigos e estes estão sentido a sua falta, o seu jeito, a sua vida, fosse ela de que maneira fosse, por essa razão nos juntamos às manifesta-ções de pesar.

## REQUERIMENTO N° 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do General DJAL-MA DA ROCHA LIMA, ocorrido no dia de hoje nessa cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A vida militar no Brasil busca por to-dos os meios existentes fazer com que a grande maioria de seus integrantes pautem

por uma conduta ilibada, integrando-se à sociedade e fazendo com que todos entendam a linha do militarismo em suas necessida-des desde a caserna até as determinações na vida diária.

O General Djalma da Rocha Lima, casado com a Sra. Algacir Brandão da Rocha Lima, foi um dos militares que desempenhou vá-rios cargos dentro da hierarquia militar não só no Paraná, mas também em outras ci-dades brasileiras, onde sempre se houve com destaque, ganhando a admiração e res-peito de seus subordinados e consideração de seus Superiores.

Com 84 anos incompletos o General Djalma da Rocha Lima, serviu de exemplo a diversas gerações e seus ensinamentos na caserna foram assimilados por inúmeros mi-litares ainda na ativa.

## REQUERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Sra. ARACI STANISCIA, ocorrido no dia 19 último no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A música é uma das partes da cultura que mais faz amigos e torna as pessoas sensíveis a uma realidade moderna, am-pliando os círculos de relacionamentos e fazendo com que as pessoas se tornem co-nhecidas e mostrem um outro lado da vida, tornando-as populares e carismáticas. Isso é comum nas cidades interioranas, onde to-dos se conhecem.

Paranaguá, cidade do litoral paranaen-se não foge dessa realidade, e por isso o falecimento da Sra. ARACI STANISCIA, ocor-rido no último dia 19, sentida por grande parcela da comunidade, especialmente as famílias que durante muitos anos freqüen-tam a "Sociedade Amigos da Música", onde a falecida deixou patenteado seus conheci-mentos musicais como intérprete de música popular brasileira, apresentando-se sempre num voluntariado para ajudar os órgãos as-sistenciais.

Perdeu a comunidade, ganhou o infinit-o.

## REQUERIMENTO N° 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, ocorrido no dia 16 de março do corrente ano, na cidade de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Pa-

raná.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

**JUSTIFICATIVA:**

No dia 16 de março de 1993, faleceu o Sr. Sebastião de Oliveira, ex vice-Prefeito de Bela Vista do Paraíso - Pr, e fazendeiro na mesma localidade; seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de profundo pesar, rogando à Deus que a todos possa confortar.

**REQUERIMENTO N° 354**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de OLINDA PAULA BOTTO DE BARROS, aos 85 anos de vida. Era viúva de Júlio Botto de Barros, deixando os seguintes filhos: Eunice Botto Portugal, casada com Roberto Bacellar Portugal; Edy Maria Botto Lamo-glia, casada com Dirceu Lamoglia; Maria Lycia Cardoso Botto Jacon, casada com Gu-mercindo Jacon; Maria de Lurdes Botto Car-valho, casada com Júlio Carvalho; Maria da Graça Botto Lacerda, viúva de Fábio Brito de Lacerda; Adwaldo Cardoso Botto de Bar-ros, casado com Neida Moura Botto de Bar-ros e Múcio Cardoso Botto de Barros, casa-do com Leilah Botto de Barros. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e em sua comunidade, que recebeu ampla ma-nifestação de sentimentos, diante do seu passamento. É uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 355**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pe-sar pelo falecimento de AFONSO BORTOLOTTI, aos 84 anos de vida. Trata-se de pessoa muito querida por seus familiares e em sua comunidade, que recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu pas-samento. É uma perda muito grande para to-dos.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 356**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo faleci-mento de JOANÍ FERRO, aos 67 anos de vida. Trata-se de pessoa muito querida em sua comunidade, que recebeu ampla manifestação de sentimentos, diante de seu passamento. É uma perda muito grande para todos!

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 357**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo faleci-mento de CLORISVALDO CORADIM KIÉRSKI, aos 71 anos de vida. Trata-se de pessoa muito querida pelos familiares e pela comunida-de, recebendo grande manifestação de sen-timentos diante de seu passamento. Nos so-mamos a este pesar, pois foi uma perda pa-ra todos!

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 358**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento de HIL-TRUD BECK LANDAUER, aos 78 anos de vida. Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e sua comunidade, que re-cebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. É uma gran-de perda para todos!

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 375**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consi-gnação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo fa-lecimento do Senhor PLÁCIDO SEBASTIÃO SAN-TOS MACHADO ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu nesta Capital o Sr. PLÁCIDO SEBASTIÃO SANTOS MACHADO, que era membro de tradicional família paranaense.

O passamento de Plácido Sebastião San-tos Machado veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo PLÁCIDO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família SANTOS MACHADO endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor ARIVALDO CORREIA RIBEIRO, ocorrido recentemente no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

As famílias carentes de Paranaguá em sua grande maioria sentiram imensamente o falecimento de ARIVALDO CORREIA RIBEIRO, vítima de acidente no quilômetro 3, da PR-40 (Estrada das Praias), ocorrido no último dia 13.

Com mais força de vontade, e um espírito forte para atender o povo, durante sua permanência como funcionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - (COPEL), no escritório de Paranaguá angariou respeito e admiração de grande parcela da população, principalmente dos integrantes das pessoas com menos recursos, que sempre o procuravam para receber dele os encaminhamentos necessários. Registrava-se ainda que como colega de serviço na COPEL na cidade de Paranaguá Arivaldo Correia Ribeiro, gozava de muita estima em função de sua lealdade e companheirismo, deixando assim uma lacuna naquele setor de energia elétrica.

#### REQUERIMENTO N° 392

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do senhor AFONSO ZANON.

Figura muito querida da nossa sociedade, Afonso Zanon, faleceu aos 83 anos, depois de uma vida inteira de trabalho, honestidade e grandes exemplos. Afonso foi jogador dos clubes de futebol Britânia e Ferroviário, havendo sido um dos responsáveis por importantes conquistas desses

clubes, embriões de um dos principais times de futebol do nosso Estado.

Registrar nos Anais da Assembléia o passamento de Afonso Zanon é inscrever com letras maiúsculas, na história do Paraná, o digno exemplo de vida desse homem: como pai dedicado, trabalhador honesto e cidadão responsável.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata, de voto de congratulações e regozijo pela passagem do 1° aniversário de emancipação político-administrativa do município de Rancho Alegre D'Oeste, no dia 20 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a consignação em Ata de voto de congratulações ao município de Rio Bonito do Iguaçu, na pessoa do Prefeito SEZAR AUGUSTO BOVINO, pelo primeiro ano de sua emancipação, ocorrido no dia 19 de março do corrente, bem como seja enviado cópia deste expediente àquele Executivo Municipal.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma comunidade bem organizada, constituída de um povo trabalhador e ordeiro, que através da administração competente do Prefeito SEZAR AUGUSTO BOVINO, em conjunto com os vereadores do Município, já vêm demonstrando em pouco tempo de existência, um grande potencial, sendo possuidor de uma satisfatória infraestrutura.

Em permanente progresso e desenvolvimento, temos a certeza que brota firme às margens do Rio Iguaçu, um município com vocação para o futuro.

#### REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao JORNAL DIÁRIO DO NOROESTE, na pessoa de seu Diretor Sr. EUCLIDES BOGONI, pelo apoio que tem dado à agropecuária paranaense, notadamente o setor mandioqueiro, que tem tido grande desenvolvimento no noroeste do Es-



tado proporcionando uma sensível melhoria na vida da população, bem como um aumento significativo na arrecadação de impostos, sendo certo que com o já mencionado apoio que tem sido prestado ao setor, certamente que continuará o incremento na produção mandioqueira.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações à Gazeta Mercantil, na pessoa do seu Diretor - Presidente, Doutor HERBERT LEVY, pelo apoio que tem dado à agropecuária paranaense, notadamente o setor mandioqueiro, que tem tido grande desenvolvimento no noroeste do Estado proporcionando uma sensível melhoria na vida da população, bem como um aumento significativo na arrecadação de impostos, sendo certo que com o já mencionado apoio que tem sido prestado ao setor, certamente que continuará o incremento na produção mandioqueira.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de congratulações à REDE GLOBO - "Programa Globo Rural", na pessoa de seu Diretor, Senhor HUMBERTO PEREIRA, pelo apoio que tem dado à agropecuária paranaense, notadamente o setor mandioqueiro, que tem tido grande desenvolvimento no noroeste do Estado proporcionando uma sensível melhoria na vida da população, bem como um aumento significativo na arrecadação de impostos, sendo certo que com o já mencionado apoio que tem sido prestado ao setor, certamente que continuará o incremento na produção mandioqueira.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Folha de Londrina, na pessoa de seu Diretor o Dr. João Milanez, pelo apoio que tem dado através da Coluna de Oswaldo Petrin, à agropecuária paranaense notadamente o setor mandioqueiro, que tem tido grande desenvolvimento no noroeste do Estado proporcionando uma sensível melhoria na vida

da população, bem como um aumento significativo na arrecadação de impostos, sendo certo que com o já mencionado apoio que tem sido prestado ao setor, certamente que continuará o incremento na produção mandioqueira.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de Votos de Congratulações expressos ao Corpo Docente e Funcionários do Colégio Santa Cruz de Maringá pela passagem do seu 40° aniversário de fundação, a ser comemorado a 20 de março em curso, cuja dedicação e esforço, só tem feito por dignificar e defender o ensino paranaense em seus mais altos interesses.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 366

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações e muito aplauso ao Empresário Gelcino Miguel Shibelbein, que está assumindo mais um mandato à frente do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do Estado do Paraná, triênio 1993/1996. Este grande empresário é líder de sua categoria, tem revelado grande dedicação e granjeou o respeito e admiração de todos, motivos que levaram sua categoria a reelegê-lo. Pedimos o reconhecimento desta Casa a esta grande liderança empresarial, estendendo os cumprimentos à toda sua diretoria.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção nos Anais desta Sessão Plenária de Voto de Congratulações ao Jornal Diário da Tarde, na pessoa de seu Diretor Presidente, pela comemoração dos 94 (noventa e quatro) anos de circulação ininterrupta, sendo considerado o jornal mais antigo do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.



O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a Prefeitura Municipal de Campo Largo - PR., no sentido de atender o pedido feito pelos pais de alunos daquele Município, os quais reivindicam a volta dos ônibus escolares que vinham funcionando há 15 anos, e que foram suspensos este ano. Devido a essa determinação, sérios transtornos vêm sendo causados aos pais e alunos que utilizavam desse transporte escolar.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 361

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de energia - COPEL, no sentido de tomar providências cabíveis com a finalidade de sanar o problema de falta de instalações elétricas na Escola Estadual Arlindo Andreta, localizada em Colombo, bem como a Secretaria de Estado da Educação quanto a falta de carteiras escolares, fato este que vem dificultando o andamento normal das aulas.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de tomar providências cabíveis quando a falta de água diariamente no Conjunto Colina Verde, localizado à Rua das Seringueiras n° 107 - Bairro Alto. Os moradores afirmam que durante a semana não há o fornecimento de água e somente aos domingos, causando uma série de transtornos para todos.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua o órgão competente, no sentido de atender o pedido feito pelos pais de alunos do Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida, localizado

no bairro do Xaxim, quanto a segurança do citado colégio. Afirmam que havia um policial, mas que o mesmo não se encontra mais nessa função e em decorrência disto, houve invasão de pessoa estranha ao estabelecimento de ensino. Na ocasião foi chamada a polícia do módulo mais próximo, porém não houve atendimento por parte da mesma.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação no sentido de fornecer livros para os alunos da Escola Estadual João Loiola, localizada no bairro do Pinheirinho. O pedido foi feito pelos pais dos alunos daquela Escola que afirmam não terem condições financeiras de adquirí-los.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 365

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Secretário da Fazenda, para que estude a viabilidade de transferir para os novos municípios do Estado, os valores a que têm direito sobre a cobrança do IPVA com o licenciamento dos veículos existentes em sua área, e que por ora, estão sendo licenciados no município desmembrante, em virtude da inexistência de convênio.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

É sabido que o DETRAN-PR ainda não teve a possibilidade de celebrar convênios com os novos municípios para a instalação do posto do Órgão em cada unidade decorrente dos entraves burocráticos e legais atinentes ao caso.

Mas, como o Estado já iniciou o licenciamento dos veículos, estes municípios ficam, se não for tomada uma providência, sem receber os percentuais que lhes cabem, respectivamente, durante o tempo da inexistência do convênio.

Como cada recurso, independentemente do quantitativo, é importante para o neo-município, é justo que o DETRAN adote medida para garantir o recebimento do que cabe a cada um por lei.

#### REQUERIMENTO N° 412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Ofício ao Ilmo. Sr. Celso Fernandes Ribeiro, MD. Diretor da 9.<sup>a</sup> Regional do DNER, solicitando a construção de um trevo na cidade de Nova Laranjeiras, que se localiza às margens da BR-277 e é cortada ao meio pela rodovia.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Nova Laranjeiras é um município recém emancipado que teve sua instalação efetivada em 1.<sup>o</sup> de janeiro do corrente.

A BR-277 corta o município de nova Laranjeiras ao meio, necessitando com urgência da construção de um trevo, visando com essa medida impedir os constantes acidentes que vêm ocorrendo no local, causando sérios prejuízos materiais e ocasionando muitas mortes.

É preciso desta forma, que o DNER tome as providências cabíveis para que vidas não sejam colocadas a risco naquele local considerado extremamente perigoso.

**REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 420**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Jornalista Roberto Marinho, Diretor-Presidente das Organizações Globo, correspondência com o seguinte teor:

"Considerando o aumento contínuo da imoralidade e da violência propaladas em programas, novelas e filmes transmitidos pela sua emissora em horários nobres;

Considerando a aflição de milhares de pais e mães ao ver seus filhos vítimas da propaganda do crime e da imoralidade;

Considerando que o senhor se comprometeu a 'dar ao Brasil uma televisão que proporcione divertimento e seja boa companhia, moralmente saudável'. (O Globo 09.08.90).

Encarecemos sejam tomadas providências para:

1.<sup>o</sup> - Promover, desde já, uma mudança radical na orientação de seu canal de TV;

2.<sup>o</sup> - Suspensão imediata da difusão da imoralidade e da violência que infestam muitos programas de sua emissora.

O caráter categórico desses pedidos manifesta a aflição de quem vê o agravamento da corrupção dos costumes em nossa pátria e luta para fazer cessar essa maré montante e avassaladora da imoralidade."

Ao propormos o envio desta correspondência pelo Poder Legislativo do Paraná, ao Senhor Roberto Marinho, pretendemos dar cunho oficial a uma manifestação popular

Curitiba, segunda, em 22.03.93

que já arregimenta milhares de famílias sob a conclamação da campanha "O Amanhã de Nossos Filhos".

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 340**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Comando de Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Paraná, solicitando informações da possibilidade de um policiamento mais ostensivo nas proximidades dos Estabelecimentos de Ensino de nossa Capital, nos horários de entrada e saída dos alunos.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

**JUSTIFICATIVA:**

Tenho recebido inúmeras denúncias de atropelamentos que vêm ocorrendo nas proximidades dos colégios em nossa Capital, muitas vezes causados por motoristas irresponsáveis que trafegam em alta velocidade em tais localidades, colocando em risco vidas inocentes.

O policiamento ostensivo, estará sem dúvida proporcionando mais segurança e tranqüilidade aos alunos e respectivos familiares, estes, sempre preocupados com a ida e volta de seus filhos às aulas. Temos certeza que vale a pena todo sacrifício para dar a máxima segurança possível aos alunos.

**REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 341**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba, solicitando informações da viabilidade técnica da colocação de lombadas nas ruas onde estejam situados os estabelecimentos de ensino de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

**JUSTIFICATIVA:**

Tenho recebido inúmeras denúncias de atropelamentos que vêm ocorrendo nas proximidades dos colégios em nossa Capital, muitas das vezes causados por motoristas irresponsáveis que trafegam em alta velocidade em tais localidades, colocando em risco vidas inocentes. A colocação dessas lombadas, diminuiriam obviamente, tais acidentes, dando assim maior segurança aos alunos e aos seus familiares que muitas vezes ficam preocupados com a ida e volta de seus filhos às aulas. Temos certeza que vale a pena todo sacrifício para dar segurança aos nossos alunos.

## REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, envio de expediente oficial ao Ilm° Sr. Dr. FRANCISCO DELIBERADOR NETO, DD. Presidente do Departamento de Trânsito, solicitando seja acelerada a construção da Sede da CIRETRAN em Arapongas.

Nosso município possui 70.000 habitantes e conta com uma força de trabalho composta de 300 indústrias em funcionamento o que lhe gerou, pela especialização, a indicação de Capital Moveleira do Paraná.

Pólo industrial de localização rodovierroviária privilegiada, conta com 12 agências bancárias a darem sustento ao movimento financeiro, não possuindo ainda a Sede da CIRETRAN, fato que lhe traz inconvenientes evidentes.

Desejo acrisolado de mais de 5 anos seria justo que Arapongas, já que existe verba orçamentária, tivesse agilizado esse empreendimento que desejamos reivindicar neste nosso apelo.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto e Soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Doutor ELISEU RESENDE, Digníssimo Ministro da Fazenda, no sentido de que este determine a imediata realização de urgentes estudos em relação ao índice do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM), repassados aos municípios do Estado do Paraná, com o fito de que os mesmos sejam revistos e reajustados a patamares mais justos e condizentes com a realidade nacional.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) CLEITON KIELSE

## JUSTIFICATIVA:

Na passagem de ano, 1992/1993, urdiu-se, sorrateiramente, à revelia dos maiores interessados, a mudança dos parâmetros utilizados no cálculo dos índices pertinentes ao repasse do FPM aos municípios, ocasionando uma queda geral dos mesmos, baseados no ilógico e estapafúrdio "recenseamento" realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, com intenções envoltas em névoas nebulosas, simplesmente informou que "teria" ocorrido diminuição no número de habitantes de cerca de 95% dos municípios paranaenses.

Diante dos números fornecidos pelo IBGE, o Ministério da Fazenda determinou a conseqüente redução no índice de praticamente todos os municípios paranaenses o

que ocasionou a perda, em termos reais, de até 60% da arrecadação geral dos mesmos o que tem causado a inviabilização da administração das prefeituras do estado, causando o aumento da miséria, desemprego, pobreza, criminalidade, ou seja, a desestruturação completa do tecido social local, gerando um clima de incertezas e grande convulsão social, certamente com conseqüência totalmente imprevisível.

Dos fatos acima expostos, é que se abstrai a imperiosa necessidade da realização dos estudos objetos do presente requerimento.

## REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. JUTAHY MAGALHÃES, DD. Ministro da Ação Social, solicitando a liberação de partes do Estoque de Feijão (Distribuição Gratuita), em poder do Governo Federal, ao Município de Sarandi-Pr.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população carente de Sarandi é composta por mais de sessenta por cento de seus habitantes.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. JUTAHY MAGALHÃES, DD. Ministro da Ação Social, solicitando a liberação de partes do Estoque de Feijão (Distribuição Gratuita), em poder do Governo Federal, ao Município de Maringá-Pr.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população carente de Maringá é composta por mais de sessenta por cento de seus habitantes.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, sugerindo a redução do ICMS, até 7%, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de casas populares no Estado do Paraná.

Esta propositura, pretende contribuir com o Governo do Estado, com a finalidade de redução no preço final das moradias populares, o que permitirá que as camadas muito mais pobres sejam contempladas.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ AFONSO JÚNIOR, digníssimo Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão no programa de obras do corrente ano, a construção de um Mini Ginásio de Esportes no Distrito de Novo Horizonte no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Novo Horizonte representada pelo ilustre vereador Edson Wasem, reivindica a construção do referido Mini Ginásio de Esportes, por entender que tal obra irá propiciar a integração da comunidade no meio esportivo, bem como oferecer opção de lazer e atividade física saudável que só o esporte é capaz de propiciar.

A reivindicação em questão é mais que justa uma vez que Novo Horizonte é um dos únicos Distritos que não possui sua quadra de esportes.

Pelas razões discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria o atendimento o mais breve possível.

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. JUTAHY MAGALHÃES, DD. Ministro da Ação Social, solicitando a liberação de partes do Estoque de Feijão (Distribuição Gratuita), em poder do Governo Federal, ao Município de Paçandu-PR.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população do Município de Paçandu-Pr, é composta em sua maioria por pessoas carentes.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao doutor Heitor Wallace de Mello e Silva, Digníssimo Diretor Presidente do BANESTADO S/A consubstanciado em pedido para instalação de agência bancária da cidade de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Curitiba, segunda, em 22.03.93

JUSTIFICATIVA:

Entendo que talvez o município de Alto Paraná, na região noroestina, seja um dentre os poucos em nosso Estado, a não contar ainda, com os préstimos de uma agência do nosso BANESTADO.

Pesando a real necessidade do atendimento ao requerimento em questão, levo ao conhecimento do Plenário que o presente pleito decorre do teor de Ofício sob o n° 18/93 (circular), firmado pelo Excelentíssimo Vereador Eduardo Carlos Antonio, Presidente do Legislativo de Alto Paraná, cuja cópia é anexada a esta nossa propositura.

REQUERIMENTO N° 384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado Moacir Favetti, a fim de que o mesmo envie a 13ª subdivisão policial de Ponta Grossa carros, armas, equipamentos e pessoal, pois Ponta Grossa através daquele órgão atende a toda a região dos Campos Gerais, pois canaliza na Princesa do Campos quase todos os tipos de problemas relacionados a segurança e ainda somados com os da comunidade pontagrossense se avolumam como quase insolúveis se não tiverem os Senhores Delegados e policiais meios para seu combate.

O atual Delegado de Ponta Grossa tem recebido apoio da população através dos clubes de serviço, do Conselho de Segurança da Comunidade, e, outros seguimentos da sociedade que somados aos meios requeridos dariam a tranquilidade e segurança desejada.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Romanelli, digníssimo Secretário Especial de Habitação, no sentido de que seja viabilizado uma parceria com o Município de Cândido de Abreu, para a construção de Casas Populares, a carência de moradia do Município só poderia ser resolvida se o Governo do Estado participar.

Com a parceria do Governo do Estado, seriam construídas casas ao alcance dos trabalhadores e colonos, com prestações que não ultrapassariam 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um veículo do tipo Kombi, em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, do Município de Rio Azul.

Trata-se de justa reivindicação, devido a dificuldade que um grande número de alunos que estão matriculados, mas deixam de freqüentar as aulas por não ter um veículo disponível ao seu transporte.

Neste sentido a solicitação em tela se faz com justiça.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 391

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, parabenizando-o pela manutenção do Doutor ENNIO LUZ, à frente da Coordenadoria Regional do Paraná da FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE.

O médico ENNIO LUZ, além de ser merecedor do apreço de todos nós Paranaenses, é reconhecidamente grande sanitarista e profundo conhecedor da política sanitária brasileira, além de catedrático em medicina sanitária na Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. JUTAHY MAGALHÃES, DD. Ministro de Ação Social, solicitando a liberação de partes do Estoque de Feijão (Distribuição Gratuita), em poder do Governo Federal, ao Município de MANDAGUAÇU, Estado do Paraná.

Tal solicitação justifica-se plenamente haja vista que a população do município de Mandaguacu é composta em sua maioria por pessoas carentes.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 398

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado

expediente oficial do Poder Legislativo ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências para atendimento ao disposto no Art. 7° da Lei Estadual n° 9479, de 17 de dezembro de 1990.

"Quando da morte do doador, caso seus órgãos sejam utilizados para transplante, o Estado, a requerimento da família, custeará despesas adicionais de hospitalização e serviços funerários, decorrentes da doação."

O artigo em questão, integrante do corpo da Lei 9479, resultou como medida objetiva de inúmeros debates e encontros versando sobre estímulos à doação de órgãos. Lamentavelmente, como sabemos, ainda é reduzido o número de pessoas que, espontaneamente, doam órgãos para transplantes, quando da sua morte.

A medida acolhida no Art. 7° da lei em questão não trata, como alguns erroneamente afirmam, de oferecer compensação pela doação de órgãos. Até porque, se compararmos o número de solicitações dessa natureza dirigidas à Secretaria de Ação Social do Paraná ao número de transplantes realizados pelos hospitais capacitados, veremos que o primeiro é infinitamente inferior. As famílias melhor providas, financeira e culturalmente, são ainda as maiores responsáveis pelas doações e consequentes transplantes.

O escopo do dispositivo ora em questão é de constituir espécie de auxílio às famílias carentes que, de forma trágica, optam pelo prolongamento da vida de outros através da doação de órgãos.

Não pense o Estado que qualquer paranaense ao perder um familiar, doaria seus órgãos unicamente para obter auxílio do Governo. Isto que induz ao errôneo raciocínio da compensação, pressupõe um ato de desumanidade e até desamor, o que não é regra entre nossa população.

Ademais, a não concordância de determinado Governo com o "espírito" de uma lei não lhe faculta cumpri-la. A lei tem caráter imperativo, cogente, e não está condicionada ao entendimento do Executivo.

Isso posto, resta um quadro lamentável de processos encaminhados à Secretaria de Estado da Ação Social (devidamente documentados), solicitando o benefício de lei, indeferidos ou aguardando análise, sob a alegação de que a lei não foi regulamentada.

Ora, a regulamentação da lei compete ao chefe do Poder Executivo, atribuindo a competência necessária ao órgão que a atividade esteja afeta dentro da administração pública.

O que é injustificável é o prejuízo às famílias carentes, conforme demonstrado, pela simples não regulamentação do dispo-

sitivo. O fato leva ainda à descrença da população na lei, porque embora exista, não é cumprida de forma efetiva.

Necessário se faz o estabelecimento de critérios para concessão do benefício, isto é inegável. Mas esta tarefa é do Poder Executivo, ao qual já dirigimos inúmeros apelos neste sentido, inclusive participando de reunião com o atual secretário de ação social, Deputado Durval Amaral.

Por derradeiro, cumpre destacar o caráter de vanguarda da lei em questão, acompanhada de outra, sob o n° 9465, de 12.12.90, abordando a emblemática questão dos transplantes cirúrgicos, muito antes do assunto vir à tona em contínuas reportagens através da imprensa brasileira.

Diante disto, confiamos nas providências do Sr. Governador para resolver esta situação, encaminhando as diligências necessárias para cumprimento da lei.

Requer-se outrossim, que do presente seja dada ciência aos secretários de saúde e ação social do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais e Parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, solicitando prioridade ao Paraná, na duplicação das Rodovias BR-116, trecho Curitiba-São Paulo e BR- 101, trecho Curitiba-Joinville.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

As Rodovias BR-116 e 101, nos trechos acima descritos, onde vem se registrando a maior ocorrência de acidentes graves, seguido de mortes, onde a precariedade da malha asfáltica se encontra mais difícil de trafegar, principalmente com veículos pesados (carga) e coletivos de passageiros.

#### REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a Municipalidade de Peabiru.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender à toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Curitiba, segunda, em 22.03.93

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a Municipalidade de Imbituva.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a Municipalidade de Farol.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender à toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA - Paraná, solicitando a liberação de recursos, para a construção de um "Barração Comunitário", (13,00 x 22,00 - 286,00 metros quadrados), que será utilizado para depósito de produtos agrícolas, beneficiando os Assentamentos de Vitória da

União, Chopin I e Chopin II, no Município de Honório Serpa. Saliencia-se que esta solicitação, baseia-se num acordo realizado entre a Direção dos Assentamentos acima mencionados e o INCRA, através do seu representante Sr. José Volpi Xavier da Silveira, em data de 1º de Maio de 1991, conforme ata lavrada, do acordo.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

#### REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes e necessárias no sentido de reparar a Estrada do Cerne, que liga Curitiba à Castro.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Cerne encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação, o que está acarretando sérios prejuízos aos agricultores da região, pois a estrada intransitável como está, dificulta o escoamento da safra agrícola.

#### REQUERIMENTO N° 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Celso Fernandes Ribeiro, MD. Diretor da 9ª Regional do DNER, solicitando a construção de um trevo no perímetro urbano na localidade do Guaranizinho, na BR-277, Município de Nova Laranjeiras.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A BR-277 corta o Município de Nova Laranjeiras, na referida localidade, e o tráfego intenso vem ocasionando inevitáveis acidentes, lamentavelmente muitas vezes fatais, exigindo imediatas providências dos órgãos competentes.

Trata-se de obra que deve merecer especial atenção, sendo considerada emergencial, diante da importância para toda aquela comunidade que não cansa de reivindicar as medidas cabíveis viabilizando a sua construção, visando assim evitar trágicos acidentes de grande envergadura, ocasionando prejuízos de elevada monta, e o que é mais grave, ceifando vidas.

#### REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, solicitando o estudo de medidas visando a redução das prestações do SPH pagas pelos mutuários dos conjuntos residenciais Vale do Sol, Nova Esperança e Ouro Branco, situados no município de Nova Esperança, neste Estado.

A presente solicitação justifica-se pelos altos valores atingidos pelas prestações dos referidos mutuários, obrigando, inclusive, muitos deles a abandonarem os imóveis por absoluta falta de condições financeiras para responder ao compromisso.

Entendendo que a função de tais planos habitacionais é exatamente de proporcionar às famílias mais carentes a possibilidade de aquisição de moradia, encarecemos as providências da CEF para equiparação dos valores cobrados com o poder aquisitivo dos mutuários.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expedientes oficiais ao Exmº Sr. Dr. Eli-seu Resende, Ministro de Estado da Fazenda, Exmº Sr. Dr. Lázaro Ferreira Barbosa, Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária e Exmº Sr. Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, respectivamente, para que seja mantida a vigência da Portaria que aplica tarifa provisória adicional de 27,9%, nas importações de trigo norte-americano.

Medida adotada em 17/11/92 pelo Governo brasileiro, originou-se em razão da constatação de que as importações de trigo dos Estados Unidos da América eram subsidiados e causaram dano a triticultura nacional, "resultante do impacto depressivo dos subsídios sobre os preços no mercado doméstico".

As importações de trigo norte-americano trouxeram como consequência a redução de 10% da produção brasileira na última safra e 60% dela ainda não foi comercializada face ao desinteresse dos moageiros que prenhe estão do trigo importado.

Ademais disso, o preço mínimo fixado para a nova safra foi reduzido em 6% em termos reais, tendo o plantio se iniciado no último dia 15.

Não mantida a sobretaxa contida na Portaria Ministerial, a triticultura nacional ficará em estado terminal e desaparecerá com as consequências naturais que tal fato ocasionará à economia nacional.



Por essas razões este nosso apelo que reflete os anseios das Cooperativas do nosso Estado voltados à triticultura paranaense e que esperamos sejam levados como clamor da Assembléia Legislativa aos Exm's Srs. Ministros Eliseu Resende, do Ministério da Fazenda; Lázaro Ferreira Barbosa, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária e José Eduardo de Andrade Vieira, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO N° 380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, Sr. Luiz Cláudio Romaneli, solicitando:

1. Houve assinatura de convênio entre a COHAPAR e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste?

1.1 - Se houve, solicitamos cópia.

2. A construção pelo sistema mutirante permite a contratação de mão de obra?

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Recebemos correspondência dos Mutirantes do Conjunto Habitacional Princesa Isabel II, (cópia anexa) reclamando de irresponsabilidades na construção de tal conjunto.

Assim, solicitamos esclarecimentos.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 080/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam cancelados os créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, que tenham como fundamento único e exclusivo a exigência de multa por descumprimento de obrigações acessórias na área do ICMS. (art 54, parágrafo 1°, item 4 a 13, da Lei n° 6.364/72, e artigo 66, parágrafo 1°, itens IV a XIII, da Lei n° 8.933/89).

Art. 2° - Ficam reduzidas para 30% (trinta por cento) do valor do ICMS exigidos as multas aplicadas em autos de infração lavrados até a data da publicação desta lei.

Art. 3° - O § 5° do artigo 66, da Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989, terá a seguinte redação:

"§ 5° - No concurso de penalidades aplica-se a menor".

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposi-

ções em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto lei não concede ANISTIA. Não outorga igualmente, REMISSÃO ou PERDÃO de dívida tributária. Sequer envolve FAVORES FISCAIS.

Este projeto de lei tem por objetivo corrigir evidentes distorções da legislação tributária paranaense, conforme se demonstra em seguida.

Preliminarmente, cabe afirmar que o Código Tributário Nacional reconhece que há dois tipos de obrigações tributárias, ou deveres jurídico-tributários:

a) OBRIGAÇÃO PRINCIPAL:

consistente no pagamento do tributo, obrigação de DAR; e

b) OBRIGAÇÃO SECUNDÁRIA:

consistente em prestações positivas ou negativas, obrigação de FAZER ou NÃO FAZER.

Esta distinção ontológica, prevista no art. 113, do Código Tributário Nacional, e reconhecida pela doutrina jusfiscalista desde Rubens Gomes de Souza, gera importantes desdobramentos no estudo da sanção tributária.

Se há duas espécies distintas de obrigações, logicamente o seu descumprimento implicará em sanções ou penalidades ontologicamente distintas.

Nesse quadro, não parece lógico elevar a obrigação acessória a níveis de absurda importância, apenando-se seu descumprimento com multas elevadas, equivalentes a 30% (trinta por cento) ou 50% (cinquenta por cento) do valor das mercadorias ou serviços envolvidos na circulação jurídica.

Há dois requisitos mínimos a serem observados na previsão de multas:

a) Proporcionalidade; e

b) Ausência de confiscatoriedade.

A PROPORCIONALIDADE diz respeito à correspondência entre a SANÇÃO e DANO. Quanto mais valorizado o bem da vida lesionado, maior deve ser a penalidade.

Em direito tributário, esse raciocínio deve ser aplicado.

MAIOR SANÇÃO para descumprimento de OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, isto é, não pagar tributo. MENOR SANÇÃO para descumprimento de OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.

Já a AUSÊNCIA de CONFISCATORIEDADE, mandamento constitucional explícito (artigos 5°, LIV; e 150, IV, da Carta de 1988), é linha mestra do sistema tributário.

Na República Argentina, por exemplo, tem-se assentado na jurisprudência que Multa Tributária Superior a determinado percentual do tributo ao qual se liga se revela confiscatória, logo proibida.

A doutrina tributária mais recente e

acordãos do Egrégio Supremo Tribunal Federal permitem traçar certas regras básicas sobre a matéria, tais como:

a) "... multa excessiva ultrapassando o razoável para dissuadir ações ilícitas e para punir transgressores (caracteres punitivo e preventivo da penalidade) caracteriza, de fato, uma maneira indireta de burlar o dispositivo constitucional que proíbe o confisco". (Sacha Calmon Navarro Coelho, "Teoria e Prática das Multas Tributárias", Forence, 1992, pg. 67).

b) "Falta de inscrição imobiliária: multa".

Não tem amparo legal o acréscimo, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, de 100% sobre o valor do IPTU, como sanção pela falta de inscrição imobiliária.

O art. 3º do Código Tributário Nacional impede que seja utilizado um tributo com a finalidade extra-fiscal de penalizar-se ato ilícito administrativo". Pode o Município criar ou agravar multas com tal objetivo, mas não pode, com o aludido fim, criar adicional de tributo como substituto de sanção pecuniária de ato ilícito". (Recurso Extraordinário nº 111.003-1)

Entende-se, pois, que as multas tributárias deverão, por princípio, guardar proporcionalidade com o Tributo devido, apenas e exclusivamente em casos de Descumprimento da Obrigação Principal. Ademais, não se revela correto cobrança de multa com base no valor da operação, nessa linha de raciocínio.

Outrossim, para se evitar efeito confiscatório, a multa não deve ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor da exação cobrada, permitidos juros de mora e correção monetária.

O percentual referido (30%), cumulado com juros e correção tem respaldo em ampla jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme mencionado por Ricardo Lobo Torres ("Normas de Interpretação e Integração do Direito Tributário", Forence, 1991, pag. 112-113, inclusive nota nº 11, ao pé da pag. 113).

Para ainda melhor ilustrar essa tendência jurisprudencial, deve-se referir teor da medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 551-1-RJ, onde se suspendeu a eficácia dos §§ 2º e 3º, do artigo 57, do ADCT da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que previam multas tributárias de valor, no mínimo, igual a duas ou cinco vezes o valor do imposto ou taxa devido. No caso, foi referendado, no Plenário, decisão prévia do eminente Ministro Marco Aurélio, que vislumbrou, nos percentuais fixados (200% e 500%), extravazamento do "campo de mera multa, para alcançar o pertinente ao do confisco".

As legislações estaduais têm se adap-

tado a essa visão mais adequada. Para citar exemplo de legislação apropriada, neste tópico, veja-se o caso do Código Tributário do Distrito Federal que, apesar de conter percentuais confiscatórios (50%, 100% e 200%), guarda, em todos os casos, estrita proporcionalidade com o Valor do Tributo Devido.

Mais recentemente, a Lei Estadual nº 7.646, de 26 de dezembro de 1991, de São Paulo, cancelou todas as dívidas tributárias oriundas de "multas regulamentares", ou seja, por mero descumprimento de obrigações acessórias.

A mesma lei concedeu anistia de até 90% (noventa por cento) de multas, juros de mora e acréscimos, nos casos de descumprimento de obrigação principal.

Este segundo caminho é, em si, indesejável tecnicamente. Embora faça justiça no caso concreto, pois as multas no Estado de São Paulo contêm vícios de proporcionalidade e de confiscatariedade, há vias mais adequadas para corrigir as distorções da lei, nas hipóteses em análise.

A via recomendável, e que foi seguida no Projeto de Lei em questão, busca adequar a legislação ordinária aos princípios gerais de direito e aos princípios gerais de direito penal, expressos e implícitos na Constituição Federal.

Essa adequação da lei ordinária tem por base a regra do artigo 108, do Código Tributário Nacional. A doutrina mais recente observa que o artigo 108, antes referido, traz os elementos básicos da tarefa integrativa, embora incompleto no seu significado.

Integrar o direito não é mais apenas preencher as lacunas da regulamentação jurídica. A integração ocorrerá quando existir "insatisfação frente aos valores supra positivos, aos princípios gerais e ao plano do legislador" (Ricardo Lobo Torres, obra citada, pg. 44). Mediante processo lógico de Correção, busca-se superar as antinomias do Direito, que nada mais são do que "erros, incorreções ou contradições entre normas ou princípios do Direito". (obra citada, pg. 25).

Procede à integração corretiva não só "a autoridade competente para aplicar a legislação tributária", como quer o artigo 108, do Código Tributário Nacional. Também podem fazê-lo o cidadão, o advogado, os peritos, os contadores, os juízes e os legisladores, em uma visão mais democrática do Estado.

É nesse contexto que deve ser analisado o projeto de lei que ora se oferta à consideração desta Casa de Leis, com o objetivo claro de:

a) Cancelar as multas impostas, em decorrência exclusiva de descumprimento de obrigações acessórias (art. 1º);

b) Reduzir as multas impostas em autos de infração que cobram ICMS, ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do tributo exigido (art. 2º); e

c) Aperfeiçoar a redação do § 5º, do artigo 66, da Lei 8.933/89, de modo a adequá-la à norma do artigo 112, inciso IV, parte última, do Código Tributário Nacional (artigo 3º).

Por fim, deve-se ressaltar que, se aprovadas as normas projetadas, Deverá Ocorrer Evidente Incentivo à Arrecadação Tributária, pois aos contribuintes certamente interessará resolver suas pendências com o Fisco, que lhes exigirá, sempre, o tributo devido, mas acrescido de multas equitativas. Paralelamente, a própria imagem do Estado se apresentará de maneira justa perante os cidadãos, gerando-se mútuo respeito no seu intercâmbio vivencial.

PROJETO DE LEI N° 081/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o traçado do polígono definidor dos limites territoriais do Município de Candi, constantes do artigo 1º, da Lei n° 9.353, de 27 de agosto de 1991, passando a vigor com a seguinte redação:

"Começa no Rio Cavernoso, na Barra (confluência) do rio Igrejinha, segue pelo Rio Igrejinha, no sentido ascendente, até encontrar o rio Estacaca; segue pelo referido Rio, no sentido ascendente, até sua cabeceira; deste ponto segue por linha seca, levantando uma cerca de arame, que divide as Fazendas Capão Redondo e Limoeiro, a rumo 50°00' NE, mediu-se 200,0 metros, onde encontra a estrada de rodagem Goioxim; daí segue pela estrada de rodagem, no sentido da Rodovia BR-277; segue pela mencionada Rodovia, no sentido Guarapuava, até encontrar uma cerca de arame, que divide as Fazendas Campo Real e Curucaca; segue pela citada cerca, a rumo de 17°00' SE, mediu-se 430,0 metros, onde encontra a cabeceira de um arroio, segue pelo arroio, no sentido descendente, até encontrar sua Barra (confluência) com o Rio Pae João; daí segue pelo Rio Pae João, no sentido descendente, até encontrar sua Barra (confluência) com o Rio Jordão, segue pelo Rio Jordão, no sentido descendente, até encontrar sua Barra (confluência) com o Rio Iguaçu, segue pelo Rio Iguaçu, no sentido descendente, até encontrar sua Barra (confluência) com o Rio Cavernoso, deste ponto segue pelo Rio Cavernoso, no sentido ascendente, até encontrar sua Barra (confluência) com o Rio Igrejinha, onde começa e termina a descrição destes limites.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) NELSON JUSTUS.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa legislativa fundamenta-se principalmente em dissentimento encontrados no traçado do polígono definidor das divisas (Limites) do Município recém criado de Candi, tais falhas vem causando problemas aos habitantes da área, e aos Municípios envolvidos, pois criaram-se dúvidas quanto a questões tributárias, quando grandes propriedades rurais ficaram pertencentes a dois, e até três Municípios, gerando conflitos de ordem tributária, como também passaram a existir problemas de ordem físicos territoriais, no que se refere a acesso rodoviário, posição geográfica, comunicação, inter-relacionamentos comerciais e organizacionais, pois, ainda, após a criação do Município de Candi, a população da pequena área em questão, diretamente interessada, possui total dependência do Município de Guarapuava, que vem atendendo as necessidades dentro de suas possibilidades, apesar da área pertencer a outro Município, não obstante que, a vida política dos moradores da região é voltada, em sua totalidade, para o Município de Guarapuava, haja visto que inexistem seções eleitorais no Território em epígrafe, sendo o eleitorado registrado no Município de Guarapuava, portanto não consultado quanto a Criação do Município de Candi.

Em tratando-se de matéria de mérito (incisos I e II, do Parágrafo 2º, do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa), e inexistindo preceitos normativos nas Leis reguladoras da matéria no que tange a dissentimentos em divisas de Municípios criados, no intuito de dirimir-se conflitos, propomos o presente Projeto de Lei, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio à proposição em tela, por se tratar de assunto justo e meritório.

PROJETO DE LEI N° 082/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Todas as empresas detentoras de permissão, concessão, autorização ou qualquer ato administrativo para a exploração do transporte coletivo intermunicipal no território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a adaptar e manter, no mínimo, 10% (dez por cento) dos veículos de suas frotas disponíveis, para acomodar passageiros portadores de deficiência física.

§ 1º - Entende-se por adaptações todas as alterações internas e de acesso nos veículos, necessárias a facilitar o acesso

e a circulação de pessoas portadoras de deficiências.

§ 2º - Os veículos adaptados a que se refere esta Lei não serão exclusivos para usuários deficientes físicos.

§ 3º - As poltronas, com as alterações necessárias a que se refere esta Lei, em não existindo passageiros deficientes, poderão ser ocupadas por passageiros comuns, em qualquer viagem.

Art. 2º - Os veículos adaptados circularão na proporção de 01 (hum) para cada 10 (dez) não adaptados em cada linha.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Está na Constituição do Estado do Paraná, que é também regida pela Constituição Federal, que "a lei disporá sobre ... adaptação de veículos de transporte coletivo ... adaptando-os à utilização por pessoas portadoras de deficiência."

Entretanto, não existe regulamentação a respeito, o que deixa os beneficiários em potencial deste dispositivo à mercê da boa vontade dos empresários do setor e das pessoas que nem sempre, nos dias de hoje, atentam aos problemas daqueles que, por motivos alheios à sua vontade não estão no pleno gozo de suas faculdades físicas e/ou mentais.

Ao propormos tal Lei específica, desejamos que a Assembléia Legislativa contribua de maneira direta e incisiva em benefício dos deficientes físicos, paranaenses ou não, que necessitam utilizar-se do transporte coletivo intermunicipal para locomover-se, oferecendo mais um benefício nas terras paranaenses a estes nossos irmãos que não podem jamais ser esquecidos.

Diante do caráter eminentemente social desta propositura, solicitamos aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, o apoio necessário de forma a que seja plenamente acolhida e aprovada por este Poder.

PROJETO DE LEI N° 083/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a "Associação Solidários pela Vida" - SOVIDA - com sede e foro na cidade de Curitiba - Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação Solidários pela Vida" -

SOVIDA -, teve seu estatuto aprovado recentemente, na data de 12 de novembro de 1992. Dentre as principais atividades exercidas em prol da comunidade, se destacam as seguintes: Participar em eventos promovidos no campo da AIDS, com a Comissão Estadual de AIDS, Grupo pela Vida "Oficina de Sexo Seguro", Curso de Voluntários para atendimentos; auxiliar doentes de AIDS com o fornecimento de medicamentos, documentação, transporte e vestuário; realizar encontros para angariar fundos, como o realização de jantares de confraternização; desenvolver projetos de pesquisa e estudos no campo da AIDS, bem como a avaliação destas atividades realizadas; e a construção de casas/lar de apoio integral aos doentes de AIDS.

Como já se sabe, a AIDS é uma doença que surgiu de modo avassalador, aterrorizando milhares de pessoas que sabem que a luta é difícil, e que a cura, por enquanto, não existe. Deste modo, todo, e qualquer tipo de apoio é válido, devendo nós, Deputados Estaduais, representantes de uma boa parcela deste "povo aterrorizado", dar o nosso voto de apoio a esta Associação, pelo elevadíssimo valor social de suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 084/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica conferido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao advogado e jornalista Emir Sfair, diretor do Diário Paraná de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Emir Sfair é um dos mais prestantes cidadãos do Paraná. Catarinense por circunstâncias, mas paranaense pelo coração, costuma dizer que esta é a terra de todas as gentes, principalmente as que vieram de outras regiões em busca do trabalho e do crescimento da terra prometida. Para aqui veio ainda menino, com a família, que chegava atraída pelas oportunidades de emprego e ensino, abundantes no então governo de Moisés Lupion.

Já no Paraná, aos 6 anos iniciou os estudos no Colégio São José, de Rio Negro, completando o primário no Grupo Escolar de Mafra, na divisa de Santa Catarina com o Paraná. Ainda em Mafra, iniciou o curso secundário, no Ginásio Barão de Antonina, concluindo essa etapa no Colégio Caetano Munhoz da Rocha, em Rio Negro, em 1952. Em 1953, já em Curitiba, no Colégio Estadual no Paraná passou a frequentar o Curso

Científico, estreando logo depois na política estudantil e, a seguir, no jornalismo.

Sua vida estudantil terminou em 1961, com sua formatura em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Na mesma época, por um decreto do então presidente Jânio Quadros, Emir Sfair recebeu o título universitário de jornalista, mediante a efetivação de todos os profissionais que já atuavam na área, há mais de 5 anos.

Como advogado, exerceu a atividade por 12 anos seguidos, com atuações no dia-a-dia. Mas foi o jornalismo sua grande paixão, tendo se iniciado nessa atividade ainda em 1953, quando foi eleito diretor do jornal do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná na época presidido pelo hoje professor João Olivir Gabardo, atual Ouvidor Geral do Estado. Emir substituiu na direção do referido jornal aquele que hoje é um dos jornalistas mais conhecidos do País, José Augusto Ribeiro, da grande imprensa nacional.

Seu contato com a comunicação deu-se muito cedo, ainda meninote, na Rádio Rio Negro, ZYG-9, participando de rádionovelas, escritas por sua mãe, sob o pseudônimo de Sandra Salvaterra. Segundo sua assessoria, os originais dessas novelas eram distribuídos para várias emissoras nacionais, inclusive as Rádios Tupi e Tamoio, do Rio de Janeiro. Nessa época, conforme ainda a mesma fonte, trabalhou com o mais importante ator de rádionovela conhecido, Rodolfo Mayer (São Paulo), e com o diretor de novelas Valter Avancini.

Ainda garoto, foi correspondente do jornal "Três de Outubro", do PTB, dirigido pelo saudoso jornalista Ali Bark. Nessa época, Emir, com apenas 12 anos, foi muito elogiado por uma entrevista que obteve com Ademar de Barros, o líder nacional do então PSP.

A sua chegada a Curitiba, trabalhou para pagar seus estudos e suprir suas necessidades, atuando na Rádio Cultura. Mas o primeiro registro em sua carteira profissional foi assinado em 1953, ao ingressar na equipe do Diário do Esporte, dirigido por José Muggiatti Sobrinho, Ézio Zanello e João Silveira Filho.

Também em 1953, Emir participou de concurso público e ingressou como tarefeiro na Secretaria de Saúde do Paraná, função que acumulou com a vida universitária e outras atividades, até diplomar-se como advogado e efetivar-se como jornalista. A partir de então, trabalhou, igualmente, na Revista Panorama, dirigida por Adolfo Soetha, e na sucursal do jornal Última Hora, dirigida por Antonio Brunetti.

Entre 1970 e 1976, foi assessor de comunicação social do Governo Paulo Pimentel

(1970) e do Deputado Arnaldo Busato, quando secretário de Estado da Saúde. No mesmo período, ocupou, ainda, função de destaque, na editoria política do jornal Gazeta do Povo. Só deixou esse lugar para instalar-se em Cascavel, no Oeste do Paraná, onde permanece até hoje como diretor proprietário do jornal o Paraná, diário de expressiva influência naquela região.

No governo José Richa, Emir Sfair participou dos primeiros estudos para a implantação da Ferroeste, ao lado de Mário Pereira e Francisco Simeão.

Em 1963, foi presidente do Clube Esportivo Primavera, de Curitiba, que disputava a 1ª Divisão do Futebol Profissional do Paraná, tendo sido, igualmente, sócio honorário de 15 clubes de bairros curitibanos.

Na televisão, também atuou como jurado do Programa Mário Vendramel, um dos mais populares de Curitiba. Em Cascavel, por dois anos, foi secretário de Comunicação Social do então prefeito Jacy Miguel Scanagatta e comentarista político da TV Carimã.

Na carreira política, com rápida atuação, foi um dos fundadores do PRN em Cascavel, articulador político regional e candidato a suplente de senador na chapa de Toni Garcia, nas últimas eleições.

Emir Sfair é membro da Federação Paranaense de Futebol de Salão e várias outras entidades de cunho social, esportivo, beneficente e de prestação de serviços.

Figura admirada, enriquece a comunidade paranaense por seus trabalhos e por sua contribuição às causas públicas do Paraná.

Por todo o exposto, Emir Sfair está entre os que muito merecem o galardão de cidadão Honorário do Paraná, que proponho lhe seja concedido através deste projeto.

#### PROJETO DE LEI N° 085/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de "A CAPIT-  
TAL DA LARANJA da REGIÃO NOROESTE DO EST-  
DO" o município de MANDAGUAÇU.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as dis-  
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O Noroeste, que entra numa nova fase, após ter esgotado a fronteira física, vem cuidando seriamente de expandir a produtividade e renda de sua agricultura. Nas faixas férteis que se prestam à agricultura empresarial a ênfase está na proteção do potencial produtivo, através de programas como os que vêm sendo executados no município de Mandaguçu, em apoio a cultu-

ra da Laranja.

A citricultura passa a ser uma boa alternativa para a diversificação de renda para o produtor, principalmente na região noroeste do Estado, que concentra basicamente pastagem e café e, onde, a agricultura está praticamente estabilizada.

Exatamente por isto, a implantação da cultura da laranja está sendo direcionada para aquela região, em especial ao município de Mandaguaçu, pioneiro nesta atividade, que está oferecendo inclusive algumas vantagens como um melhor aproveitamento de mão-de-obra.

Declarar o município de Mandaguaçu como a Capital da Laranja do Noroeste do Estado, é uma maneira de homenagear um povo ordeiro e trabalhador.

PROJETO DE LEI N° 086/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar ao Município de Prudentópolis, um lote foreiro, com área de 19 metros de frente para à Rua Dr. Vicente Machado, 60 metros dividindo à Rua João Pessoa; 60 metros de fundos para à Rua João Pessoa; 60 metros dividindo com herdeiros de André Kloster, por cerca de arame e nos fundos, divide com um arroio, medindo 19 metros; um prédio em alvenaria medindo 15,85 metros de um lado; 18 metros de outro; sendo a área em cada pavimento de 260 m., perfazendo um total de 520 m.; e um pavilhão de madeira com área de 37,50 m., transcritos na Comarca de Prudentópolis, transcrição no livro de Registro de Imóveis 3C, folhas n° 226, sob n° 7.954.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O crescimento desenvolvimentista do Paraná, chega ao município de Prudentópolis. O crescimento do Município está se fazendo sentir na falta de espaço físico no prédio da Prefeitura, onde constata-se o acúmulo dos setores administrativos, trazendo com isto algumas dificuldades ao município, que dependem diretamente de ações e práticas funcionais mais céleres.

A preocupação da atual Administração, é justamente dotar o Município de mecanismos administrativos que permitam garantir comodidade e rapidez aos seus usuários. Neste sentido, com a doação pretendida, e que encontra-se ociosa, o Município em parte resolverá as suas necessidades de espaço físico. Cabe ainda destacar, que o referido imóvel encontra-se abandonado, o

que é extremamente lamentável do ponto de vista desta conjuntura.

PROJETO DE LEI N° 087/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de cidadão honorário do Estado do Paraná, ao advogado e professor doutor MILTON LUIZ PEREIRA, ilustre ministro do Superior Tribunal de Justiça da República Federativa do Brasil.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei o que se pretende é prestar justa homenagem ao ilustre professor e advogado Milton Luiz Pereira, paranaense por opção.

Nascido em Itatinga no estado de São Paulo, em 09 de dezembro de 1932, radicou-se no Estado do Paraná, ainda menino, juntamente com seus demais familiares.

Aqui residindo, desenvolveu sua profícua existência e laboriosa vida estudantil e profissional, notabilizando-se por seu empenho e dedicação em todos os campos de atividade aos quais dedicou-se.

Formado em advocacia, de imediato passou ao exercício da profissão, fixando sua banca na comarca de Campo Mourão, onde militou de 1959 a 1963.

Seu conceito profissional e reconhecido prestígio, fizeram-no merecedor de um mandato à frente do executivo municipal de Campo Mourão, no quadriênio 1.964/67, tendo, ao final do mandato, o reconhecimento da comunidade local, pelas realizações no campo da administração e no desenvolvimento social, econômico e cultural, experimentado por aquele município, sendo à época reconhecido como município modelo do Estado do Paraná.

Em 1967, aprovado em concurso público, entrou para a magistratura federal, sendo nomeado Juiz Federal Substituto, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Paraná.

Sério, ponderado, dedicado, estudioso, expandiu seus conhecimentos, ingressando no magistério como professor de direito penal, ministrando aulas na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na condição de auxiliar de ensino e, da Faculdade de Direito de Curitiba, na condição de titular da disciplina.

Sua incontestada eficiência e dedicação às coisas do Direito, para júbilo de todos nós paranaenses, pois foi aqui que desenvolveu sua promissora carreira, coroou-se de pleno êxito, com sua indicação e nomeação, em 22 de março de 1992, para o cargo



de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde passou a integrar a 1.<sup>a</sup> turma, 1.<sup>a</sup> seção daquele egrégio Tribunal Superior.

A presente justificativa apresenta apenas alguns aspectos da até aqui brilhante vida e carreira deste paranaense por opção.

Ao presente anexamos o curriculum vitae do homenageado, para que os nobres pares desta Casa possam avaliar a justeza da presente homenagem, ao concederem ao ilustre magistrado a cidadania honorária do Paraná, prova do incontestado trabalho por ele desenvolvido ao Paraná e à sua gente.

PROJETO DE LEI N° 088/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa Legislativa vem contemplar a "União Municipal das Associações de Moradores de Curitiba", sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, políticos-partidários ou religiosos, que tem como exclusivo objetivo, a prestação de serviços sócios-comunitários às entidades e comunidades filiadas, encaminhando as reivindicações das comunidades das Vilas, Bairros, Conjuntos Habitacionais, Conselhos Comunitários, Clubes de Mães e demais entidades representativas da Sociedade Civil organizada.

A entidade, objeto da presente proposta, vem atuando em benefício da Comunidade Curitibana, prestando relevantes serviços e cumprindo com a sua finalidade precípua, lutando incansavelmente pela obtenção do bem comum.

A iniciativa Legislativa, atende aos mandamentos da Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estipula normas reguladoras para a Declaração de Utilidade Pública, sendo que a entidade possui mais de um ano de personalidade jurídica, conforme comprova a data de registro dos Estatutos da União Municipal das Associações de Moradores de Curitiba, realizada em 15 de março de 1991, os membros da Diretoria não são remunerados, conforme preceito do Art. 38, do Estatuto da UNIMAC, estando em perfeita atividade, servindo as Comunidades para um futuro melhor.

Sendo assim, solicitamos aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, o

apoio ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria justa e meritória.

REQUERIMENTO N° 359

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições que o Regimento permite, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos anais desta Casa, o artigo de autoria de Empresário Maurício Frischmann, intitulado "Cortina de Fumaça" e que foi publicado nos Jornais "Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná", edição de 16 de março passado. Nele, o Empresário Maurício Frischmann, que além de Diretor da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná é Coordenador do Grupo de Trabalho constituído naquela Entidade e que estuda o Plebiscito de 21 de abril, enfoca de maneira diferente o assunto do plebiscito. Entendemos valioso o artigo e recomendamos sua transcrição em ata, para enriquecer o que se faz hoje sobre o Plebiscito.

Em anexo, juntamos cópia integral do citado artigo, tanto da veiculação na "Gazeta do Povo" como do "Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUERER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o editorial intitulado "ITÁLIA, 24 DE MAIO DE 1.945 - DESPEDIDA DE UM GENERAL DE SEUS COMANDADOS E CANHOES, publicado no Jornal Gazeta do Povo, do dia 25 de fevereiro de 1.993, às folhas n° 38 (Cópia em anexo), que traz na íntegra o discurso do General Cordeiro de Farias quando se despediu, na Itália, dos seus comandados, na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, que exprime o espírito de patriotismo, cidadania, luta e bravura dos expedicionários brasileiros.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa o inteiro teor da nota "Basta com essa Máfia!", publicada na "Gazeta do Povo" de 12.03.1993, que consubstanciou direito de resposta exercido durante nossa ausência do País - em viagem de cumprimento de missão oficial deste Poder - pela equipe de nosso Gabinete.



Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

**JUSTIFICATIVA:**

O texto em tela configura exercício de direito de resposta, nos termos da Lei de Imprensa, a afirmações infundadas, de intuito difamatório, publicadas em jornal da Capital e transcritas a seguir no órgão citado. A transcrição é requerida por versar matéria de interesse público, objeto de recentes pronunciamentos nesta Casa.

**REQUERIMENTO N° 389**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado o editorial "Sugestões a Itamar", publicado pelo Jornal O Estado do Paraná do dia 4 de março próximo passado.

Versando sobre os acontecimentos ocorridos já sob a égide do Governo Itamar Franco, o editorial de O Estado do Paraná constitui-se numa espécie de porta-voz da população brasileira. O editorial diz o que, na verdade, é a vontade de grande parte da população. Se, por um lado, confiamos num Governo de boas relações com o Congresso Nacional, instaurado em nome de combate a toda imoralidade que escureceu a gestão do ex-presidente, continuamos completamente inseguros diante da desordem econômica e da falta de medidas enérgicas para solução dos principais problemas do país. Este governo não é provisório. Tem legitimidade para empreender as medidas necessárias.

No entanto, como bem dito pelo O Estado do Paraná, estas medidas não foram sequer encomendadas e, numa atitude ainda mais grave, o governo comanda a aprovação de uma reforma fiscal (que nada reformou) criando mais um imposto para o bolso completamente esvaziado da população.

"Mesmo as (soluções) menos criativas recomendam que o executivo fosse buscar dinheiro dos devedores e sonegadores e deixasse em paz a carteira dos eternos pagantes de tudo quanto é imposto, dos provisórios aos permanentes, que já inventaram na República de Deodoro."

Além disso, um Governo completamente comprometido com a seriedade deveria reduzir o déficit público, diminuindo o Estado de tamanho naquilo que é possível, mantendo sob sua guarda apenas as estatais de interesse nacional e as funções de caráter social.

Salutar seria as estatais liquidarem suas dívidas com a previdência e o FGTS, oferecendo um didático e moral exemplo aos demais sonegadores.

Enfim, um retrato sobre o que o Brasil precisa fazer, em caráter emergencial, sob

pena de ver agravados os seus problemas sociais e econômicos (para não falar nos políticos e culturais), está fielmente reproduzido no editorial de O Estado do Paraná, de leitura obrigatória para todos os elementos interessados na transformação do país, quer ocupem funções públicas ou privadas. Por esta razão, requeremos que ele seja transcrito nos anais do Poder Legislativo e distribuído entre todos os Deputados Estaduais, Senadores e Deputados Federais pelo Paraná, sendo encaminhado ainda ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Justiça, Dr. Maurício Correa, além do Presidente do Congresso Nacional, dos líderes partidários no Congresso e dos presidentes da Federação da Agricultura no Pr., Federação da Indústria do Pr., Federação das Associações Comerciais do Pr., Organização das Cooperativas do Pr. e Federações dos Trabalhadores na Indústria e na Agricultura do Pr.

Sala das Sessões, em 22.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Em discussão e votação a Ata que acaba de ser lida.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Solicito ao Sr. 1° Secretário chamada nominal dos Srs. Deputados.

Comunico a presença do Comendador Weider Aguiar e da radialista Rosemari Taques, das Rádios Pitangui e Sant'Ana de Ponta Grossa, a pedido do nobre Deputado Carlos Zuk.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Responderam a chamada 36 Srs. Deputados. Em votação a Ata.

**Aprovada.**

Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

Encontra-se visitando a Assembléia o Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira. Suspendemos a Sessão por três minutos.

**(Sessão Suspensa)**

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Está reaberta a Sessão.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, servidores públicos

estaduais do Estado do Paraná.

Nos últimos anos, os servidores públicos, têm tido o maior arrocho da história. Os servidores públicos da União também têm tido arrocho salarial desde o Governo Sarney e do Governo Collor.

Os trabalhadores brasileiros, de uma maneira geral, todas as categorias são submetidas ao achatamento salarial à perda do poder aquisitivo.

Os trabalhadores da Prefeitura Municipal de Curitiba não são diferentes dos demais trabalhadores brasileiros. Nos últimos quatro anos e alguns meses a perda salarial dos servidores públicos municipais de Curitiba chegaram próximo a trezentos por cento. Aí dizem assustados: mas não tem reajuste todo mês? Se a inflação for trinta, o reajuste é de vinte e cinco, vinte e dois, de quinze; e ao longo desses quatro anos e pouco acumulou mais de trezentos por cento.

Os servidores tentaram negociar com a administração anterior. Fizaram greves e não conseguiram ver reposto os seus salários. Uma nova administração sempre é esperançosa para qualquer trabalhador. E assim foi com os servidores públicos municipais. Início de administração, mas continuidade de um mesmo Partido no Governo. Os servidores tentaram negociação e não obtiveram.

Tanto é que na semana passada, no dia 15, os médicos da Prefeitura de Curitiba, e dentistas, entraram em greve e assim foi negociado com essa categoria. Também na semana passada os trabalhadores da Central de Processamento de Dados entraram em greve e foi negociado com esses trabalhadores. Se há negociação, há reconhecimento de perda salarial.

Os servidores da Prefeitura, de uma maneira geral, entraram em greve hoje. E pasmem, Srs. Deputados que a recepção dada no prédio central da Prefeitura Municipal, ao contrário de ser os administradores preocupados com a situação funcional, com o trabalho paralisado, estava a Guarda Municipal esperando para receber os servidores. E a Guarda Municipal de Curitiba fez a mesma coisa que a Polícia Militar fez nessa praça aqui em frente, com exceção de bombas e de cavalaria, o cassetete comeu firme em cima dos servidores municipais da Prefeitura de Curitiba.

Aquele Prefeito, quando candidato e hoje Prefeito atual, dizia defender os professores e crítica fez ao espancamento dos professores, hoje permitiu que os servidores da Prefeitura Municipal fossem espancados na rampa que dá acesso à Prefeitura.

Sou funcionário há treze anos. Nesses treze anos houveram muitos movimentos parciais nesta Prefeitura. Foi com Maurício

Fruet, foi com Roberto Requião, foi com Jaime Lerner, mas jamais uma planta foi arrancada daquele jardim, jamais um vidro foi quebrado e jamais um policial, seja ele Militar ou da Guarda Municipal, botou a mão em servidor público e hoje a recepção foi no cassetete com um funcionário sendo operado em regime de urgência no Pronto Socorro do Cajuru.

Essa é a recepção de negociação da administração Rafael Greca de Macedo na Prefeitura de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

No ano passado o Deputado Paulo Maia fez dessa tribuna um alerta sobre a possibilidade de construção de um gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil, e da controvérsia que se estabeleceu com relação ao traçado desse gasoduto.

Nós recebemos na semana passada, do Movimento de Defesa do Serviço Público um documento do Sistema PETROBRÁS e diversas outras informações que merece desse parlamento uma atenção especial. Em primeiro lugar o Governo Federal, atendendo a pressões do FMI, firma um acordo de importação de gás natural da Bolívia, acordo esse que para viabilizar esta importação, irá implicar ao País a eliminação de todos os subsídios do GLP, gás de cozinha, subsídios do óleo Diesel e do óleo combustível que movimenta as indústrias, que movimenta o transporte desse País e que é um dos elementos fundamentais para a elaboração da alimentação das famílias brasileiras.

Apesar desta importação estar sendo questionada, por estar contrária aos interesses nacionais, ainda assim o Governo Federal fez a sua opção de comprar o gás da Bolívia. Todavia, e o que é mais grave e que chegou às nossas mãos, é que o governo federal fez a opção de construir uma dutovia para o transporte de gás boliviano, ligando diretamente a Bolívia à Capital de São Paulo.

Essa dutovia, com esse traçado, foi considerada inconveniente pelo sistema PETROBRÁS, tanto para os interesses nacionais, em especial, os interesses paranaenses, primeiro, porque as reservas de gás da Bolívia não são suficientes para o atendimento da nossa demanda interna por mais de 19 anos. E apenas o custo da construção desta dutovia implica na necessidade de retorno da construção de no mínimo 20 anos.

Então nós vamos construir uma dutovia que não se pagará. Pior que isto, a construção, pelo tratado já definido pelo

Governo Federal em conjunto com o Governo boliviano, exclui a possibilidade de acesso às reservas da Argentina, que permite o uso deste gás por cerca de 150 anos.

Então, a PETROBRÁS deixou claro que é interessante para o Brasil a ligação com as reservas de gás natural da Bolívia. A construção diretamente da Bolívia a São Paulo, passando por Corumbá, vai implicar, num futuro bem próximo, na construção de uma outra dutovia que pegue o gás do Noroeste da Argentina, faça-o passar por entre o território paraguaio, entrando por Foz do Iguaçu e chegando até o centro dos consumidores de São Paulo, Sul do Brasil e de Minas Gerais.

Para os Senhores terem uma idéia, a construção das duas dutovias, a manter, assim, a posição original do Governo Federal implicará gastos de 2 bilhões e 79 milhões de dólares; enquanto a construção da dutovia interligando os campos da Bolívia, Argentina, passando pelo Paraguai, entrando por Foz do Iguaçu custará 891 milhões de dólares. Ou seja, teremos, literalmente, jogado no lixo mais de 1 bilhão de dólares em divisas importantes para o País.

Pior do que isto, Srs. Deputados,...

**(É-lhe tirado o som)**

...o Paraná que teria condições de abrigar a construção deste gasoduto, teria interesses diretos principalmente no volume de recursos a serem investidos dentro do território paranaense, como pelo acesso privilegiado ao combustível do futuro, que é o gás natural e que irá substituir o óleo combustível e que irá substituir até mesmo às atuais hidrelétricas cujo potencial hídrico nós já temos praticamente esgotados no Paraná e no Brasil.

Então nós estamos solicitando à Assembleia Legislativa do Paraná que acate o nosso requerimento para a formação desta Comissão Especial, uma comissão de cinco Deputados para que a partir daqui, do Poder Legislativo do Estado do Paraná, possamos mobilizar o Governo do Estado, possamos mobilizar os interesses empresariais, possamos mobilizar a imprensa paranaense, possamos denunciar à Nação este crime que está sendo cometido, esta negociação que está sendo armada pelo Governo Itamar, talvez para atender interesses de empreiteiros, interesses de Minas Gerais, e para que possam reverter este traçado. Sabe-se que a compra do gás boliviano, embora não interesse ao País, já é um fato consumado. Mas que pelo menos salvemos o traçado da construção do gasoduto, porque aí a lesão ao patrimônio nacional, em especial aos interesses do Paraná, será muito maior ainda.

Então eu peço aos Srs. Deputados, hoje, a aprovação deste requerimento pela importância do tema e para que o Poder Le-

gislativo do Paraná possa se erguer em defesa dos interesses nacionais e do Paraná.

O Sr. Paulo Maia - Eu parablenizo a iniciativa de V.Exa. e acredito que esta luta já vem sendo encetada pela imprensa do Paraná, em especial pela "Gazeta do Povo" há um longo tempo. E nós também, assim como V.Exa. acabou de citar há pouco, já nos pronunciamos nesta Assembleia, desta Tribuna, pedindo uma agilização para que as forças do Paraná não se calassem, neste momento, porque é algo de suma importância para o Estado.

E nós temos certeza de que não vai adiantar, apenas, mais um Requerimento ser aprovado. Há necessidade da ação. O Paraná, praticamente, já perdeu esta possibilidade, do gasoduto ser produzido por Foz do Iguaçu. Queira Deus possamos, aqui, através desta enorme iniciativa de V.Exa., neste momento, ter esta ação, de forma definitiva.

Nós temos certeza de que precisamos, como precisamos todos os dias, da força da imprensa do Paraná, para que possamos reverter este caso e fazer com que o Paraná seja respeitado. Não é só a questão da prioridade. É a questão do respeito que se deve ter a este tipo de negociação. Porque, inclusive, representa uma economia de mais de 100Km, o gasoduto passando por Foz do Iguaçu, entrando diretamente no Paraná, ao invés de passar por Cuiabá, dando uma volta enorme, para depois retornar ao nosso Estado.

Parablenizo a iniciativa de V.Exa. e com certeza, se houver uma ação efetiva dos órgãos de decisão e de todos nós, em conjunto, o Paraná não há de perder e há de reverter este quadro, que na nossa visão, pelo que já havíamos colocado em outras oportunidades, é quase que irreversível.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado. Mas, acredito que a posição do Governo Federal, embora já tenha definido o traçado, não se sustenta, sob nenhum argumento técnico e muito menos econômico.

Acredito que este movimento, que até então foi de vozes isoladas, pelo Paraná, se ele for conduzido e liderado pela Assembleia Legislativa, em conjunto com as entidades que defendem o sistema PETROBRÁS em nosso País, mobilizando o Governo do Estado, a imprensa, enfim, fazendo uma grande pressão, nós temos condições de reverter.

Acredito nesta possibilidade e acredito que pelo menos cabe ao Poder Legislativo do Paraná não se calar perante esta injustiça que se está cometendo contra a Nação Brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Está inscrito o Deputado Neivo Beraldin, que está ausente.

Passamos, então, para o Horário das Lideranças.

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, se o ilustre Deputado Neivo Beraldin declinou, requeiro a utilização do Grande Expediente, obviamente seguindo-se a ordem dos inscritos que constam do livro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Vamos verificar a ordem de inscrição no livro, e fazer a chamada do próximo.

O SR. PLAUTO MIRÓ (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, quero registrar a presença do Comendador Weider, de Ponta Grossa, empresário; e da nossa companheira, amiga, Rosemari Taques, que estão acompanhando a Sessão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**) - Pela ordem de inscrição, com a palavra o nobre Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Nobre companheiro, Presidente, e Srs. Deputados.

Na última semana, a região norte paranaense teve a visita muito importante do Sr. Governador do Estado, indo às cinco cidades importantes da região norte paranaense: Londrina, Arapongas, Rolândia, Cambé e Ibiporã.

Em todas as cidades, acompanhado pelos ilustres Secretários da Justiça e Cidadania, José Tavares; do Trabalho e Ação Social, Durval Amaral; do Desenvolvimento Urbano, Homero Oguido e da Habitação, Romanelli.

Em todas estas cidades o Sr. Governador, com o Secretário do Desenvolvimento Urbano, firmou diversos convênios, todos estes que beneficiavam aqueles Municípios. Rolândia, durante os dois anos iniciais da administração Requião, não tinha tido ainda a felicidade de contar com a presença do Sr. Governador naquela cidade importante, e no dia 16 passado, quando de sua estada firmou e autorizou alguns convênios na soma de 23 bilhões de cruzeiros, valores estes para a infraestrutura básica. Fez também vistoria no programa importante que é "Casa da Família": 408 unidades estão sendo construídas.

No Governo passado repassou a primeira parcela e houve execução de 14,2% das obras. E a partir de agora, naturalmente já houve o repasse da segunda parcela, e

pretendemos antes do final do ano, a inauguração e a entrega destas 408 unidades deste Programa bem sucedido, deste Programa correto - que é a habitação a baixo custo para o trabalhador, 20% do salário mínimo, casas sendo construídas com 48 metros quadrados.

E ainda ontem visitando o Município de Santo Antônio do Paraíso, tivemos o prazer de verificar naquele Município, a construção de dezenas de habitações ao trabalhador, e de excelente qualidade. Ainda naquela oportunidade o Sr. Governador, também nas cidades de Arapongas, Cambé, Ibiporã e Londrina, firmou tantos outros convênios - todos eles de relevância àquela Região. Na sexta-feira última tivemos a presença do ilustre vice-Governador Mário Pereira, que foi a Rolândia para proferir uma palestra sobre "Formas e Sistemas de Governo".

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Estou estranhando a evidência que V.Exa. está dando a visita do vice-Governador e Secretário dos Transportes para fazer uma palestra sobre o "Presidencialismo", quando S.Exa. deveria estar no seu Município, no Município que V.Exa. representa, resolvendo problemas do Contorno Sul, que é uma reivindicação da população do seu Município - que V.Exa. com muito esforço colocou no orçamento do ano passado, e se não me engano, foi revogado para 1993 - e que essa aspiração do povo de Rolândia não foi concretizada.

A esse respeito Sr. Deputado, estou estranhando também que a nação brasileira, ontem, e hoje ficou pasma, através dos jornais, que o Presidente da República mandou seu "Boeing" levar duas pessoas ao Rio de Janeiro, cancelando uma viagem que faria a Juiz de Fora.

Mas, na sexta-feira - e V.Exa. estava presente - em Arapongas, onde lá desembarcava o Secretário dos Transportes e vice-Governador do Estado, num avião prefixo "PT - EUE", comandado pelo Comandante Frates do Governo do Estado. Ele não ia ao Município de Rolândia resolver o problema do Contorno Sul e nem resolver problemas da sua Pasta; ia falar sobre "Presidencialismo", ia discutir com as classes empresariais do seu município, matéria que não é da sua competência; porque da sua competência - usando avião do Governo do Estado - seria resolver problemas da administração pública.

Não venha amanhã, criticar o Sr. Itamar Franco pelas suas loucuras, porque também aqui no Paraná - a exemplo de esbanjamento de dinheiro público - usando aeronaves do Governo do Estado para fazer

campanha referente ao plebiscito de 21 de abril.

Eu queria registrar isso para que ficasse bem patente: que não se pode atirar pedras no Presidente da República quando, aqui no Paraná, há fatos idênticos, lamentavelmente.

O SR. EURIDES MOURA - Talvez o Nobre Deputado não esteja tão bem informado no que se refere à palestra do ilustre vice-Governador e Secretário dos Transportes, quando anuncia e diz que o Secretário não foi a Rolândia para tratar de problemas de rodovia. Foi sim, Deputado! Rolândia teve o prazer de ouvir o pronunciamento do vice-Governador e Secretário dos Transportes, afirmando e reafirmando que dentro de 60 dias será assinada a autorização para o reinício das obras do Contorno Sul de Rolândia.

O Sr. Colombino Grassano - Não é o que informou...

O SR. EURIDES MOURA - Nobre Deputado, eu lhe dei toda a oportunidade de falar e não estou lhe dando a palavra, portanto já lhe dei a atenção devida. Eu estou falando e não lhe dou a palavra.

Portanto, o ilustre vice-Governador foi a Rolândia e lá, exigindo o Contorno Sul de Rolândia, disse que dentro de 60 dias o Governo vai estar dando a ordem de serviço.

Portanto eu, como Deputado de Rolândia, estou realmente muito feliz. A comunidade rolandense que aguardava esta fala durante alguns anos, está hoje, no aguardo, na expectativa deste acontecimento porque não só Rolândia, o Norte do Paraná aguarda com ansiedade, porque aquela obra não é apenas uma obra de Rolândia, é uma obra que vai atender toda a Região Norte paranaense.

Mas não apenas a Região Norte paranaense, porque são 15 mil veículos que trafegam no sentido São Paulo a Foz do Iguaçu, e vice-versa, durante todos os dias.

Portanto, não vim falar a respeito do problema político, vim falar da questão da visita do Governador Roberto Requião à Rolândia e à Região; e ainda do vice-Governador.

Encerro agradecendo à Presidência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra, no Horário do PDT, o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não posso deixar de registrar o ocor-

rido neste final de semana um fato de suma importância para o Paraná, promovido pela Prefeitura de Faxinal e Câmara Municipal, com a presença da Deputada Emilia; do Deputado Edson; do Deputado que vos fala; com a presença do Secretário de Justiça do Paraná, nosso companheiro José Tavares, que, de fato, começa a demonstrar a seriedade com que assume a Secretaria de Estado da Justiça.

Lá estiveram o Secretário José Tavares, pessoas e figuras de extremo conhecimento e com alta representação no cenário político nacional, a exemplo do Desembargador Nina Barreto; do Dr. Tadeu e tantas outras personalidades, onde Faxinal promoveu o Encontro no Vale do Ivaí que servirá, com certeza, como exemplo ao Estado do Paraná que é o combate às drogas naquela cidade. Foi um Encontro fantástico, um Encontro impressionante aonde a comunidade local participou decisivamente, aonde a administração municipal do prefeito Dirceu Guerra, do Presidente da Câmara, Gilberto, dos companheiros daquela Casa deram total apoio a essa iniciativa, o combate às drogas de forma indistinta no Município de Faxinal. Um exemplo lindo dado por Faxinal, dado pela sua sociedade num debate aberto, num debate franco, num debate onde a família faxinalense demonstrou de fato a preocupação que tem hoje com a proliferação das drogas indistintamente, partindo do álcool às outras drogas que tomam conta hoje da sociedade brasileira, em especial da juventude.

Mas, temos certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que no momento que o Secretário da Justiça José Tavares assume uma posição pública dizendo do estilo que a Secretaria da Justiça dará ao Conselho Estadual de Entorpecentes e aos Conselhos Municipais de Entorpecentes. No Paraná nós haveremos de reverter essa página da história fazendo combate único desse mal que divide, que destrói famílias.

Então, temos que registrar nessa oportunidade e destacar o trabalho social promovido pelo prefeito Dirceu da Cidade de Faxinal, pela Câmara Municipal e pela sociedade faxinalense e através do Rotary Club e de toda sociedade, de todo comércio daquela localidade. Que exemplo lindo, que exemplo maravilhoso, que exemplo dignificante, que exemplo que faz com que nós, cidadãos tenhamos ainda a esperança de ver revertido da nossa sociedade esse malefício que são as drogas.

Queremos requerer a essa Mesa Executiva, precisamos que chegue o reconhecimento da Assembléia Legislativa e os votos de louvores por àquela iniciativa, ao prefeito, à Câmara, ao Rotary Club, à Associação Comercial e Industrial de Faxinal, os votos de reconhecimento e os votos de para-

benização àquela comunidade pela realização desse encontro e eu espero que a Assembléia Legislativa manifeste-se de forma escrita àquela comunidade o seu contentamento e a sua expressiva aprovação a esse tipo de iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PMDB, Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIS HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tenho a honra de submeter ao Plenário desta Casa Relatório da Viagem à Cuba e que já submeti à Presidência da Casa, bem como às lideranças das bancadas partidárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Lê): "Convidado pelo Centro de Estudos sobre el Desarrollo, da Universidade de Havana, procedeu o Poder Legislativo do Estado do Paraná à indicação de representante oficial junto ao Governo da República de Cuba para investigar formas de cooperação nos campos científico, tecnológico, comercial e cultural.

Designado para o desempenho desta importante e honrosa missão, integrei-me à delegação de outros 27 paranaenses, formada por representantes das Secretarias de Estado do Planejamento, do Ensino Superior e da Educação, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, das Universidades Estaduais do Oeste e do Centro-Oeste do Paraná, do Centro de Integração Latino-Americana e da Casa Latino-Americana.

A viagem compreendeu o período entre 05 e 13 de março do corrente ano de 1993.

A chegada à Capital - La Havana - ocorreu às 17 horas do dia sete.

Logo após, às 19 horas, realizou-se reunião entre a delegação paranaense e dirigentes da Universidade de Havana e do Movimento para a Paz e Solidariedade entre os Povos.

Nesta ocasião, firmou-se a agenda de trabalhos, que se iniciaram na segunda-feira, dia oito.

Mediante zeloso acompanhamento, em todas as fases da missão, pelo diplomata Dr. JOSÉ TABARES DEL REAL, presidente da Comissão de Historiadores, e pelo economista Dr. EUGENIO ESPINOSA MARTÍNEZ, da Equipe de Pesquisas sobre Desenvolvimento da Universidade de Havana, a delegação paranaense promoveu audiências com as seguintes autoridades e instituições cubanas:

O Ministro da Cultura, Senhor ARMANDO HART, membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba.

Os Vice-Ministros de Relações Exterio-

res, Senhor RAMÓN SÁNCHEZ PARODI, e da Educação Superior, Senhor MIGUEL TORRES HERNÁNDEZ.

A vice-Presidente da Assembléia Nacional Popular, Deputada ZOILA BENÍTEZ.

O Senhor AMADEO BLANCO, membro do Comitê Executivo do Conselho de Ministros.

O Presidente da Corte de Arbitragem e Comércio Exterior, e também Vice-Presidente da Câmara de Comércio da República de Cuba, Senhor CARLOS MONTALVÁN MORA.

O Vice-Presidente do Comitê Estatal de Colaboração Econômica, Senhor OCTÁVIO CASTILLA CANGAS.

O economista-chefe do Departamento de Países em Desenvolvimento, do Centro de Pesquisas da Economia Mundial, Professor SILVIO BARÓ HERRERA.

O dirigente do Movimento pela Paz e Solidariedade entre os Povos, Senhor ORLANDO FUNDORA, e demais membros de seu Secretariado.

A Diretoria da Casa de Las Américas.

O Diretor Geral da Expocuba, Senhor PEDRO ABREU MUJICA.

Na perspectiva do aprofundamento das relações entre a República de Cuba e o Estado do Paraná, os trabalhos orientaram-se para as seguintes temáticas:

#### I. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS PARANAENSES EM CUBA

Assinalando, como preliminar, que as recentes mudanças na legislação cubana viabilizam o estabelecimento de associações econômicas com entidades estrangeiras, observamos que Cuba conta com base econômica e capacidade para negociar de modo realista a formação de associações - ou "joint-ventures" - nas seguintes modalidades negociais:

- Indústria de materiais de construção
- Indústrias siderúrgica e mecânica
- Agricultura
- Indústria básica
- Indústria alimentícia
- Indústria leve
- Transporte
- Serviços de Engenharia
- Indústria eletrônica
- Indústria açucareira
- Indústria gráfica
- Indústria de pesca.

São 137 (cento e trinta e sete) as oportunidades identificadas para negócios em Cuba, abertas à parceria do empresariado paranaense, e indicadas em documento que nos encaminharam o Comitê Executivo do Conselho de Ministros, o Comitê Estatal de Colaboração Econômica e a Câmara de Comércio Exterior da República de Cuba.

Este documento contém o detalhamento dos negócios propostos, devendo este parlamentar submetê-lo à alta consideração do Governador do Estado, do Secretário de Es-

tado da Indústria e Comércio, e autoridades públicas e privadas aptas a impulsionar o estabelecimento das referidas associações.

## II. OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM ESPECIAL NOS CAMPOS RELACIONADOS À SAÚDE

A ênfase da Revolução Cubana na Saúde Pública pode ser expressa por duas de suas mais notáveis conquistas: a universalização do atendimento à população, e o menor índice de mortalidade infantil do planeta.

Ao mesmo passo, operou-se extraordinário esforço para o desenvolvimento das Ciências da Saúde.

O Comitê Executivo do Conselho de Ministros da República de Cuba submeteu a este representante documento em que lista e detalha as atividades de 18 (dezoito) instituições biofarmacêuticas e organizações médicas de alta tecnologia, todas aptas ao intercâmbio e cooperação com o Estado do Paraná, como segue:

- Centro Nacional de Biopreparados - BIOCEN, dedicado à produção em escala industrial de vacinas para uso humano e atividades de engenharia genética.

- Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia, que produz, como itens principais, o INTERFERON, reativos biológicos, sistemas de diagnósticos HIV, o fator de crescimento epidérmico humano recombinante, a vacina recombinante da Hepatite B, entre outros.

- Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Nuclear - CEADEN, que produz compostos e radiofármacos para diagnósticos médicos e dedica-se a atividades de engenharia genética, biotecnologia, medicina nuclear e aplicação médica de técnicas nucleares, além de pesquisas na área agrícola.

- Combinado Produtor e Exportador de Técnica Especial Eletrônica - COPEXTEL, dedicado à produção de bisturis elétricos, entre outros itens.

- Centro de Investigação e Produção de Soros e Vacinas.

- Centro de Imunologia Molecular.

- Centro Nacional de Investigações Científicas.

- Laboratórios HERON, que produzem medicamentos em geral.

- Laboratórios BETERA que realiza pesquisas e desenvolve tecnologias nos campos biológicos, de engenharia e antisoros.

- Centro de Neurociências de Cuba.

- Centro de Umuno-ensaio.

- Instituto Central de Investigação Digital, que produz sistemas computadorizados para uso médico.

- Centro de Química Farmacêutica.

- Instituto de Medicina Tropical, cujo objetivo é colaborar internacionalmente

para a erradicação das enfermidades tropicais, constituindo-se em centro colaborador da Organização Mundial da Saúde.

- Centro de Histoterapia Placentária, que produz, entre outros itens, a Melagenina, para a cura do Vitiligo.

- Centro Ibero-Latino Americano de Transplante e Regeneração do Sistema Nervoso, dedicado ao desenvolvimento de técnicas cirúrgicas aplicadas às neurociências.

Além dessas instituições, dispõem-se à colaboração internacional, no campo das ciências agroveterinárias e de apoio à pesquisa em biociências:

- o Centro Nacional de Sanidade Agropecuária, CENSA

- e o Centro Nacional de Produção de Animais para Laboratórios.

Discutiu-se ainda a possibilidade de promover o ingresso em escala comercial dos remédios produzidos pela indústria farmacêutica cubana, todos devidamente registrados e aprovados pelos órgãos e entidades de Saúde do Brasil.

Fundou-se a hipótese no imperativo de ruptura do oligopólio multinacional que domina o mercado brasileiro de medicamentos.

As propostas indicadas pela República de Cuba serão submetidas à alta apreciação do Governador do Estado e dos Secretários de Estado da Saúde, da Ciência e Tecnologia, e da Agricultura.

Por fim, entre as temáticas tratadas constou:

## III. FORMAÇÃO DE FORUNS INSTITUCIONAIS QUE PROPICIEM VÍNCULOS PERMANENTES ENTRE OS POVOS CUBANO E BRASILEIRO NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

Visando dar estabilidade e consequência às relações entre Cuba e o Paraná, firmou-se carta de intenções entre a delegação paranaense e as autoridades cubanas, com os seguintes pontos:

1. Participação de Cuba na EXPOSUL, Versão 93.

2. Participação do Paraná na EXPOCUBA 93.

3. Introdução da Questão Cubana na pauta de deliberações do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, e bem assim o estudo de sua inserção no MERCOSUL.

Para além do plano das intenções, incumbiu-se a delegação paranaense de reproduzir convites às instituições e autoridades do Paraná para os seguintes eventos:

- Seminário Internacional de Ecologia, Desenvolvimento e Paz, em Havana, de 26 a 28 de maio próximo;

- Seminário Internacional sobre Direitos Humanos, em Havana, de 7 a 11 de dezembro próximo;

- 4º Simpósio Internacional da Sociedade Internacional para Topografia Eletro-



magnética do Cérebro, em Havana, de 20 a 23 de julho próximo;

- 3º Encontro da Sociedade Cubana de Neurofisiologia Clínica, em Havana, de 18 a 23 de julho próximo;

- 60ª Conferência Geral da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições Culturais, em Havana, de 21 a 28 de agosto do próximo ano.

No âmbito específico das conversações inter-universitárias, firmou-se convênio entre a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, da Universidade de Havana, e as Universidades Federal do Paraná e Estaduais do Oeste e do Centro-Oeste do Paraná, objetivando o desenvolvimento de iniciativas nos campos de pós-graduação, extensão e pesquisa.

#### CONCLUSÕES:

Em todas as instâncias e ocasiões da Missão, evidenciou-se interesse e grande expectativa das autoridades cubanas na concretização de projetos comuns com o Estado do Paraná.

De modo franco e sincero, expressaram os dirigentes e intelectuais cubanos os problemas atuais daquele País e, com patriotismo digno de nota e admiração, refletiram exaustivamente sobre as vias adotadas para o seu desenvolvimento.

O impiedoso bloqueio econômico patrocinado pelos Estados Unidos da América, a ruptura do Bloco Socialista e as limitações objetivas de uma pequena economia estão na base das dificuldades presentes de Cuba.

Neste contexto, decorre do princípio da honra universal o dever de solidariedade ao povo cubano e ao modelo socialista vitorioso na Revolução de 59.

Entendemos que o imperialismo é antes incômoda a independência daquela República do que propriamente sua opção socialista.

E nós, paranaenses, que pugnamos pela soberania do Brasil, ao homenagearmos a pequena Ilha Rebelde, oferecendo-lhe nossa amizade, estamos prestando contas à nossa própria consciência de homens livres".

É o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, o PSDB.

Declina.

PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PP.

(Declina).

PL.

Com a palavra o Nobre Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O Deputado Eurides Moura revelou nesta tarde uma face que nós não conhecíamos e jamais pensávamos que existisse na sua personalidade. Sempre foi tido na sua cidade e nesta Casa como homem educado. Tão educado, tão maneiroso, tão respeitoso nas suas atitudes, no seu comportamento e no clube de serviço a que pertence, galgou as melhores posições através de um comportamento social irrepreensível e uma conduta que merece o respeito e até mesmo os ciúmes de seus companheiros e da comunidade.

Quando aparteei Sua Excelência, o fiz com delicadeza e Sua Excelência sempre foi delicado nesta Casa, e ao se revelar tão abruptamente como se revelou é porque ele achou que sua causa era indefensável e na defesa do indenfensável procura-se agredir, procura-se falar mais alto, procura-se gritar, quem não tem razão grita, quem tem argumentos fala com comedimento, fala com calma, fala com tranqüilidade.

A mesma tranqüilidade que nesta tarde Senhor Presidente, estou encaminhando...

O Sr. Eurides Moura - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Permito depois de concluir o meu raciocínio e o encaminhamento à Mesa de um requerimento.

A Cooperativa COROL de Rolândia está preocupadíssima e seus associados preocupados estão, eu recebi, então, a manifestação da sua diretoria, dos seus associados no sentido de que tomasse providência junto ao Presidente da Assembléia Legislativa no sentido de que fosse restabelecida a tarifa provisória adicional de 27,9% nas importações do trigo americano, medida adotada em novembro de 1992 pelo Governo brasileiro.

Originou-se em razão da constatação que as importações do trigo dos Estados Unidos da América eram subsidiadas e causaram dano à triticultura nacional resultante do impacto depressivo dos subsídios sobre os preços do mercado doméstico.

As importações do trigo norte-americano, isto é informação que trago da COROL de Rolândia que me foi enviada - as importações de trigo norte-americano trouxeram como consequência a redução de 10% da produção brasileira na última safra, e 60% dela ainda não foi comercializada face ao desinteresse dos moageiros que estão com o trigo importado.

Ademais disso, o preço mínimo fixado para nova safra foi reduzido em 6% em termos reais, tendo o plantio se iniciado no último dia 15.

Não mantida a sobretaxa contida na

Portaria Ministerial a triticultura nacional ficará em estado terminal e desaparecerá com as conseqüências naturais que tal fato ocasionará à economia nacional.

O mesmo está ocorrendo, apesar de não haver sobretaxa, o mesmo está ocorrendo com o algodão que é motivo de preocupação por parte do Senhor Presidente em exercício da Assembléia, o Senhor Secretário da Agricultura e dos Deputados que estão diretamente ligados àquela área.

Por essas razões esse nosso apelo que reflete os anseios das cooperativas do nosso Estado, voltado à triticultura e que esperamos sejam levados com o clamor da Assembléia Legislativa aos Excelentíssimos Senhores Ministros Elizeu Rezende do Ministério da Fazenda, Lázaro Ferreira Barbosa do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e José Eduardo de Andrade Vieira, do Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo.

Concedo aparte ao nobre e digno Deputado Eurides Moura.

**O Sr. Eurides Moura** - Muito obrigado, Deputado Colombino.

Quando Vossa Excelência pediu um aparte tranqüilamente concedemos, no entretanto Vossa Excelência procurou atingir, ferrenhamente, o Secretário Mário Pereira, que não merecia o ataque de Vossa Excelência.

Mário Pereira tem sido um exemplo de dignidade, de trabalho, de honradez e de eficiência, talvez Vossa Excelência não tenha tido as informações adequadas a respeito da estada de Mário Pereira, em Rolândia.

Além da palestra ele fez vistoria no setor rodoviário daquela Região. Ele falou a respeito das realizações da Secretaria dos Transportes e por fim, como disse, ele anunciou que dentro de sessenta dias será autorizada a execução do Contorno Norte/Rolândia, será dada a ordem desse serviço, evidentemente que eu fiquei bastante aborrecido e é claro que após lhe dar a palavra e Vossa Excelência poderia ter tomado o espaço que assim o desejasse, não seria justo que Vossa Excelência procurasse interromper a minha palavra.

Enquanto eu falava, Vossa Excelência procurava me interromper. Se houve realmente indelicadeza de minha parte, eu concordo, mas Vossa Excelência, também que é um homem que eu conheço há quase 30 anos, um mineiro trabalhador, pessoa séria, pessoa de bem, a quem sempre devotamos a nossa sincera e profunda amizade e quero continuar com essa amizade, porque me agrada. Vossa Excelência é pessoa de bem, a quem devotamos uma amizade profunda com toda família Grassano em Arapongas, mas não posso me furtar, no momento em que

pessoas, como Mário Pereira é atacado violentamente, não poderia de forma nenhuma, nobre Deputado calar-me, por isso eu agradeço o aparte e fico muito obrigado mesmo, mas na verdade, Mário Pereira foi ao Norte do Paraná para uma palestra em Rolândia e também serviços relacionados com a Secretaria dos Transportes.

Muito obrigado.

**O SR. COLOMBINO GRASSANO** - Vossa Excelência esteve presente a reunião da AMEPAR em Arapongas, como eu estive presente e Vossa Excelência não pode deixar de reconhecer e afirmar perante esta Casa que todos os Prefeitos Municipais foram convidados para recepcionarem o Secretário dos Transportes no aeroporto de Arapongas, porque à noite o Secretário dos Transportes faria uma palestra a respeito do Parlamentarismo e do Presidencialismo.

Foi esta a notícia dada na AMEPAR, de cuja reunião Vossa Excelência participou e que eu também tive a honra de participar.

Os Jornais noticiaram fartamente e eu posso trazer a Vossa Excelência amanhã os recortes de todos os jornais. Nenhum jornal falou sobre viagem administrativa, os jornais afirmaram a viagem do Senhor Secretário dos Transportes para proferir uma palestra, para cuja palestra todos os presentes foram convidados para a reunião da AMEPAR e o simples fato de anunciar que Sua Excelência foi num avião oficial para proferir uma palestra, portanto, fora das suas atribuições administrativas, eu não fiz nenhuma ofensa, ao Senhor Secretário dos Transportes, eu apenas relatei este fato com o que aconteceu há poucos dias com o Presidente da República Itamar Franco, que fez um boeing da Presidência da República ir até o Rio de Janeiro levar dois funcionários, porque ele não pode descer no Rio porque estava interrompido o tráfego para Juiz de Fora.

Era essa a informação que eu tinha que dar, Vossa Excelência continua merecendo o meu respeito, a minha admiração, a minha amizade e pode estar certo que nas reivindicações de Rolândia, eu posso dar apenas o apoio moral, eu não sou homem do Governo, mas pela avenida que se vai construir, pelo desvio, pelo acesso Sul de Rolândia eu vou ter que me beneficiar porque eu sou vizinho de V.Exa. e quantas e quantas vezes eu passo pelo coração de Rolândia e vejo quanta falta faz aquele desvio sul, porque V.Exa. tem sido um batalhador dessa obra.

Concedo aparte ao nobre Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin** - Serei rápido.

Apenas vou aproveitar esse embate entre ambos os Deputados para elogiar o nos-

so vice-Governador e Secretário dos Transportes, Mário Pereira. Elogiá-lo pelo seu trabalho, pela sua dedicação no cargo de Secretário dos Transportes do Estado do Paraná. Elogiá-lo porque o vice-Governador e Secretário raramente descansa um final de semana. Está sempre disposto para atender o chamado dos Srs. Deputados, dos Srs. Prefeitos, se dedica como poucos no cargo que ocupa, o Secretário dos Transportes.

Portanto, neste debate eu quero aproveitar para dar os meus parabéns, meus cumprimentos, na certeza de que Mário Pereira vai continuar atendendo os chamados das Lideranças municipais.

Muito obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - É um dever de V.Exa. enaltecer o trabalho do seu Secretário, do seu Governo, os homens do seu Governo, porque V.Exa. faz parte dessa equipe e é normal que V.Exa. faça isto. Agora, V.Exa. pegue os Anais da Casa e veja o quanto eu tenho requerido para a Secretaria dos Transportes, dois anos de Requerimentos para tomar providências em pontos negros na cidade de Araçongas, no trecho rodoviário, na 444 e 218, onde já tivemos dezenas de acidentes, sem que o Secretário dos Transportes tivesse tomado nenhuma providência.

Então, com relação ao meu município ele tem sido um Secretário totalmente omissso, totalmente omissso.

De modo que a crítica me cabe e o elogio de V.Exa. tem que ser fácil.

O Sr. Neivo Beraldin - Eu gostaria de acrescentar que não podemos dizer o mesmo aqui na região metropolitana. Acaba o Sr. Secretário, há poucos dias, de anunciar a obra de ligação asfáltica de Curitiba a Pinhais, atendendo a setenta mil pessoas que vão ser beneficiadas. Acaba o Secretário de anunciar a ligação asfáltica de Colombo a Almirante Tamandaré. Acaba o Secretário também de autorizar a restauração da Rodovia da Uva.

Enfim, sente-se no Estado do Paraná a presença forte e trabalhadora de Mário Pereira.

(Vozes Paralelas)

O SR. COLOMBINO GRASSANO - A palavra está comigo, Sr. Presidente.

Eu quero dizer apenas que é dever do Deputado Neivo defender e o seu elogio tem que ser fácil e a minha crítica tem que ser justa.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças.

Com a palavra o PT.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente,

passamos a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando fixar os vencimentos de Desembargador do Tribunal de Justiça em magnitude idêntica ao dos Deputados Estaduais. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 46/93, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 18 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 18 do corrente mês, em virtude de compromissos no Município de Campo Mourão. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento n° 382, subscrito pelo Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando para que seja constituída Comissão Parlamentar Temporária. À Comissão Executiva, para apreciar.

Requerimento n° 339, subscrito pelo Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação para que seja encaminhado relatório da entrega do Material Escolar, na Rede Pública, na Capital, por estabelecimento, e no Interior, por Município, se possível, especificando as unidades por cada item. Retirado pelo autor.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará questões relativas à situação ocorrida em Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Heinz Herwig, na qualidade de vice-Líder do BPI, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará as questões relativas aos episódios do Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que irá compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará questões relativas a situação ocorrida no Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade

de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará questões relativas à situação ocorrida no Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará irregularidades ocorridas no Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que irá compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurará possíveis desmandos ocorridos no Município de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 010/93, subscrito pelo Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23, 24 e 25 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no Distrito Federal e Região Centro-Oeste do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 47/93, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22, 23, 24 e 25 do corrente mês, em virtude de compromissos particulares. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

do. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem).

Apenas para um esclarecimento. Eu ingressei com um projeto de lei que visa criar condições ao combate emergencial ao cólera no Paraná. Eu gostaria de saber se recebeu apoio da Mesa. Foi entregue na quarta-feira e como não houve Sessão nos dois dias, eu achei que hoje iria para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Vou mandar fazer o levantamento e já informaremos a Vossa Excelência.

Requerimento nº 383, de autoria dos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan e Nereu Alves de Moura, com apoio dos Senhores Deputados Duílio Genari, Basílio Zanusso, Domingos Carvalho e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito. **Em discussão.**

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não há discussão porque está devidamente apoiado.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não existe votação no requerimento, nobre Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, o Senhor pode nos informar a composição da Comissão, a representação partidária?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - É composta por sete membros: dois do PMDB, 1 do P.P. 1 do Bloco, um do PTB, 1 do PFL, 1 do PDT.

PL e PT não tem representação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem)

Data vênha, Senhor Presidente, queremos discordar primeiro em termos regimentais, porque o Regimento da Casa é muito claro ao definir que somente tem representação os blocos que se referem à junção de dois ou mais partidos. Então o Bloco Independente não tem figura e representação partidária para participar na Comissão. O segundo aspecto, é a questão eminentemente

política de que trata esta matéria.

A Bancada do PT, que acompanhou os acontecimentos de perto, espera que esta Comissão não permita que além das 4 vidas que foram ceifadas no conflito, a verdade não tombe neste episódio. Eu digo isto porque, até o presente momento, as posições em torno desta questão se referem a um verdadeiro diálogo de surdos e discussões apaixonadas. O que de fato houve, além da morte de 3 policiais, cujos autores foram devidamente identificados, 7 deles aguardam julgamento na cadeia pública de Cascavel e a liderança dos sem-terras que morreu na invasão da perseguição policial que sofreu, nós temos outros fatos, circunstâncias que nos levarão a responsabilidades e que estão além daqueles que participaram diretamente do episódio. Responsabilidades gravíssimas para quem conhece o caso como eu. Mais do que isto: o Poder Legislativo do Estado do Paraná sabe que a morte dos policiais já está entregue à Justiça, com seus autores identificados. O líder dos sem-terra que morreu, também essa morte originou um inquérito policial militar e uma comissão de investigação do Governo Federal.

Todavia, existe um episódio nebuloso que deliberadamente tem sido ocultado da opinião pública, que deliberadamente alguns não têm buscado trazer à tona para o devido esclarecimento, que é a intervenção do aparato policial repressivo do Estado do Paraná, que criou circunstâncias que levaram à morte os 3 policiais, com graves responsabilidades de autoridades neste episódio e que devem ser esclarecidas. Invasão de corporação militar e estranhos ao ordenamento jurídico e democrático no nosso País.

Este, sim, deve ser o objeto da investigação da comissão! Porque esta investigação deverá revelar ligações perigosas e irá, talvez, fazer com que o Paraná compreenda o porquê de certas homenagens a Comandantes da qual participam aqueles que formam a "cooperativa de pistoleiros do Oeste do Paraná". Jantares de comemorações feitos para brindar a eliminação física de pessoas. Todos estes fatos certamente permitirão que o Paraná, o Poder Legislativo, se livrem, além da mancha de sangue, desta página que foi vergonhosa para o nosso Estado.

Então, neste sentido, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos encaminhar esta Questão de Ordem à Mesa, que faça obedecer o Regimento Interno e exclua desta representação àqueles que, realmente, não o tem, e permita que aqueles que, acima de tudo, sem paixão, tenham amor pela verdade e possam contribuir com o seu trabalho.

Nós, mais do que ninguém, sabemos o

que, efetivamente, houve em Campo Bonito. E nós, mais do que ninguém, temos interesse nesta verdade. Uma verdade que eu não consigo compreender porque é que o Governo do Estado não tem manifestado interesse em desvendar à sociedade paranaense. Porque eu até entendo que esta verdade irá libertar o Governo de uma acusação que atualmente sofre, por parte de muitos setores da sociedade paranaense e brasileira.

E, nós gostaríamos de contribuir para que o Estado do Paraná pudesse ter paz. Mas, não a paz de cemitério. Não as versões oficiosas. Nós queremos a paz construída pela verdade e pela justiça. Doa a quem doer.

E este trabalho, Senhor Presidente, nós estamos em plenas condições de assumir e de contribuir. Por isso, nós fizemos este apelo à Mesa. Ou, pelo menos, se assim não entender à Mesa, que o ilustre autor do Requerimento permita aumentar o número de participantes desta Comissão, para que a Bancada do Partido dos Trabalhadores possa dar a sua contribuição.

Então, eu deixo a palavra com o autor do Requerimento, para que faça esta retificação, que permita que esta Comissão tenha nove membros. Até porque do ponto de vista regimental, político, é fundamental que todas as representações da Casa estejam colocadas nesta Comissão. Para que esta Comissão possa conduzir os seus trabalhos para todos os lados em que ela deve, efetivamente, ir, para que nós possamos resgatar a verdade dos fatos.

Sem medo, sem conduzir o processo para homologar uma determinada versão ou contraditar outra. Mas, com o espírito de buscar a verdade. Este é o objetivo.

E o objetivo, Senhor Presidente, o Requerimento que nós fazemos em memória dos três policiais que foram mortos em Campo Bonito, cujas memórias têm sido exploradas por aqueles, talvez, que os levaram à armadilha. Até como uma satisfação às famílias, aos filhos que perderam seus pais, e principalmente, como uma contribuição para depurar a Polícia Militar do Paraná de certas ligações, de certas atitudes que não são convenientes à sociedade.

Então, eu faço este apelo. Primeiro, dirigido à Mesa, no sentido de resguardar os Partidos Políticos que estão devidamente registrados. Em segundo, se assim não entender, um último apelo para que os autores do Requerimento permitam que todas as forças políticas representadas nesta Casa tenham acesso aos trabalhos desta Comissão e possam auxiliar a encontrar a verdade, neste caso. Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - (Lê

requerimentos):

Deputado Nilton Barbosa, requer indicação.

Deputado Plauto Miró Guimarães, requer indicação.

Deputado Paulo Maia, requer indicação.

Deputado Heinz Herwig, requer indicação.

Está composta a Comissão. Solicito aos Senhores Membros que se proceda a eleição de Presidente e vice-Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e a minha Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não há o que decidir porque a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência já foi devidamente respondida anteriormente aos membros dessa Casa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que estabelece a faculdade de reunião mensal entre empregadores e servidores da administração direta, indireta e Fundações do Estado e/ou seus respectivos Sindicatos, Associações ou Federações. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 372/92  
EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 01

Art. 1° - Os órgãos da administração direta, indireta e as fundações do Estado facilitarão a realização de reunião bimestral entre seus empregados e servidores e/ou respectivos sindicatos, associações ou federações, para discussão de temas pertinentes à categoria profissional a que pertençam, assim como assuntos sindicais.

Sala das Sessões, em 17.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Colombino Grassano, Emilia Belinati, Ovídio Constantino, Ernani Pudell.

Determinamos que volte à C.C.J.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 375, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 392, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 376, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 351, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 354 e 355, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 417, 418 e 419, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 399, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 373 e 393, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 423, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 340, 341 e 401, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 346, 347, 348, 345 e 344, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 349, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 365, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 356, 357 e 358, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 359, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 360 e 361, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 369, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 362, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 371, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 363, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 367, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 352, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 374, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 384 e 385, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 386, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 420, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 390, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 391, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 353, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 379, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós estamos pedindo envio de mensagem ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas por uma razão bastante séria.

No início deste ano, logo após ter tomado posse numa Cidade chamada Coqueiro Seco no interior de Alagoas, um dos Vereadores eleito pelo PTR se declarou ser bissexual num programa de rádio da Cidade. Imediatamente a Câmara de Vereadores reuniu-se e suspendeu o mandato dele por 30 dias. Após isso, ele ganhou na Justiça o direito de permanecer Vereador. Não bastasse de ter ganho na Justiça, ele foi seqüestrado de dentro de sua casa, três ou quatro dias após o seqüestro, foi encontrado assassinado e decapitado.

Isso é uma barbaridade, é uma questão muito séria num País como o nosso cheio de preconceitos. Aonde a orientação sexual de um indivíduo pode ser a causa de sua morte. É nesse sentido, com essa preocupação que eu peço aos Senhores Deputados em aprovar essa mensagem exigindo que se puna e se encontre os responsáveis por esse crime hediondo, uma vez que nada mais estava fazendo esse Vereador, do que viver seus direitos e fazer da sua decisão sexual uma orientação que ele seguiu.

E essa liberdade de usar seu próprio corpo, somente cabe a ele e não a ninguém que imponha a vontade, como foi o desejo de algumas pessoas daquela cidade.

Então, nada mais é do que uma mensagem solicitando que apure as responsabilidades e puna os culpados, porque isso não pode permanecer sem aplicar nenhuma correção.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação.

**Aprovado.**

Requerimento n° 398, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 412 e 411, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 410, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 413, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 403, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 405, 406 e 407, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 408, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento n° 421, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 389, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 388, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 342, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 409, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Namir Piacentini, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 380, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante de expediente. **Encerrada a discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeremos Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Deputados que aprovam queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Quinze Senhores Deputados rejeitam.

**Está rejeitado.**

Não há "quorum" para votação, só para prosseguimento da Sessão.

Requerimento n° 333, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 334, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 329, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 335, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

Requerimentos n°s 364 e 366, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 319, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com base no artigo 130 do Regimento Interno, no último dia 05 de março de 93, à folha um, publicou-se ato do Presidente da Assembléia que institui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a situação dos bóias-frias, em especial das crianças trabalhadoras na roça. O Requerimento verbal à Presidência é de primeiro informar se as Bancadas Partidárias já indicaram os seus representantes nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se indicaram, que a reunião então fosse marcada para amanhã, às nove horas; se não houvesse ainda a indicação por parte das Bancadas Partidárias, que se requisitasse às mesmas a indicação para a constituição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e que a Presidência pudesse convocar a reunião de instalação para quinta-feira, às 9:00 horas, na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informamos a Vossa Excelência de que estamos solicitando novamente aos Líderes dos Partidos a indicação dos seus membros para constituirmos essa comissão de sindicância.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23 à hora regimental, com a Ordem do Dia destinada para o trabalho das Comissões.

**Levanta-se a sessão.**

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1993.

#### "Cortina de Fumaça"

De autoria do Empresário Maurício Frischmann, publicado na Gazeta do Povo.

"A julgar pelo que é notícia ou moda, a grande atenção do Brasil volta-se para a forma e regime de governo. Para o plebiscito, esta discussão mistura o que é essencial aos interesses individuais da

classe política, ao que é aparentemente bom para o povo. Esta mistura entre essência e aparência costuma induzir ao erro. Até o velho Marx já dizia: "Se a essência fosse igual a aparência, todas as ciências seriam inúteis."

O povo assiste diariamente um debate que está muito longe de apontar as causas da crise brasileira, não apenas econômica, mas principalmente ética. Ao pretender que as mudanças da forma e sistema de governo possam por si mesmas, melhorar o país, caímos numa cortina de fumaça, pois o que temos é que encarar os problemas reais do Brasil, que tanto podem ser resolvidos numa Monarquia parlamentar, como numa República presidencialista ou parlamentarista. Desde que as propostas sejam sedimentadas longe de idéias políticas personalizadas e próximas de uma condição básica e pouco usada que é a retidão de caráter.

Diante desta constatação, temos que partir para uma reflexão de longo prazo, investindo na educação formal básica e na elevação do padrão ético da sociedade.

Assim, temos que refletir sobre todas as dificuldades nacionais com a certeza de que não existe uma terapia de choque capaz de superá-la, mas apenas com a imediata identificação de pessoas da sociedade, que ainda não foram corrompidas pela desesperança ou indiferença, e com elas através de um trabalho árduo, porém, gratificante, partimos para ganhar a grande massa do povo, que deixará de ser pobre no momento em que os pobres forem preparados por si mesmos a enfrentarem a miséria em que vivem.

Apesar da inevitabilidade do plebiscito, os empresários do comércio varejista têm uma excelente oportunidade, de apresentar as suas propostas à nação.

Aproveitando essa oportunidade o empresário, o comerciante e o chefe de família, que raciocina habitualmente sobre dados da mais crua realidade, recusam-se a administrar por hipóteses e discutir desta maneira, forma e regime de governo.

Tratemos de usar uma linguagem mais executiva e menos televisiva.

A empresa Brasil S/A, está vivendo uma crise econômica. O Brasil como nação vive uma crise de valores.

A formação do caráter individual é preponderante para a consolidação de um forte caráter preservado pela coletividade. Para isso é preciso estudar. É preciso refletir sem discursos imponentes ou acadêmicos.

Os princípios de uma pessoa ou de uma nação são formados por uma imensidão de valores baseados no valor maior que é a família.

A família do comércio varejista está disponível para qualquer tipo de contri-

buição. Pode parecer paradoxal, porém, provavelmente o comerciante entende mais de política do que o político de comércio.

Seja qual for o grupo político/cultural vencedor estaremos prontos para dar nossa contribuição. E extremamente alertas para cobrar aquilo que está sendo prometido, sem preocupação maior de pagar.

Vale até povo vencido, desde que a nação seja vitoriosa."

Maurício Frischmann é empresário, advogado e coordenador do Grupo de Trabalho Sobre Plebiscito da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná.

PROPOSTA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1993.

### Sugestões a Itamar

"Cada brasileiro, com certeza brabo nestas alturas dos acontecimentos ou já furibundo, tem uma lista de sugestões e reclamações a fazer para o Presidente Itamar Franco. Sugestões para acabar com a inflação, melhorar salários, para baixar de fato não só aqueles preços dos remédios, para aumentar o caldo do feijão na mesa do pobre, melhorar o padrão de ensino, derrubar de vez a corrupção, retomar a produção... para proporcionar oportunidade de teto, terra e perspectiva de felicidade a todos, entre tantas outras.

Para tapar aqueles buracos referidos pelo Ministro Eliseu Resende, das Finanças, em palestra a afinados Senadores, por exemplo, existem mil e uma sugestões, sem mexer num só tostão do povo.

Mesmo as menos criativas recomendam que o Executivo fosse buscar dinheiro dos devedores e sonegadores e deixasse em paz a carteira dos eternos pagantes de tudo quanto é imposto, dos provisórios aos permanentes, que já inventaram na República de Deodoro. Aconselham todas que o governo aplanassem seus buracos, lombos e crateras - abertos geralmente por incompetência, má-fé e irresponsabilidade na condução da coisa pública - de forma semelhante a que é obrigada a executar a iniciativa privada: gastando menos, fechando negócios que vão mal, enxugando a máquina, cortando gorduras, aumentando a produtividade, eliminando supérfluos, reduzindo o luxo e outras medidas do gênero que não excluem nem mesmos as sempre dolorosas demissões de treinados empregados.

Todos gostariam que o Estado não tivesse essa irresponsável facilidade de exigir sem contrapartida sempre mais de quem produz, não pelo menos sem a lúcida e

responsável oposição de uma classe política muito bem remunerada pelos mesmos contribuintes convocados a pagar contrariados a conta, uma, duas, três ou mais vezes sempre que o governo se vê ameaçado de ficar sem dinheiro em caixa.

Hoje o cidadão comum gostaria de perguntar ao Presidente por qual razão ele se disse contra a aprovação do IPMF justa e somente quando soube que este já estava com a aprovação garantida no Senado. Ele que vem e vai em suas decisões nem sempre levadas a sério sequer por ele próprio, ele que agora recusa caprichosamente a falar em economia, mas que até ontem dava a palavra final e em público sobre tudo e sobre todos, por qual motivo não desautorizou seus líderes no longo processo de conchavos e negociata desenvolvido, primeiro na Câmara dos Deputados trabalhando em regime de hora extraordinária, depois no Senado, visando aprovar aquilo que chamava impropriamente de reforma ou ajuste fiscal? No mínimo teria agora maior liberdade na nomeação de quase cinco mil cargos dos segundo e terceiro escalões de seu governo já sem condomínio...

Além dos impostos normais e embutidos até quase no próprio ar que respira, qualquer vivente em terras brasileiras, ao comprar remédios que tanto preocupam o senhor presidente ou ao tomar uma cervejinha gelada, vai, daqui a pouco, sentir, enquanto assina qualquer cheque, a mão mais pesada de um sócio compulsório sem qualquer compromisso na produção, mas que procura tapar seus buracos cavando barro nos buracos vizinhos... que antes queria mais dinheiro para diminuir a dívida pública e, com isso, baixar a inflação, mas que agora já criou novos compromissos, representando aumentos nos gastos. Então, o IPMF que tinha como finalidade ajudar a equilibrar as contas públicas para que estas pressionassem menos a inflação, passa a ser mais um imposto para que o governo possa gastar mais... e para equilibrar aquelas velhas contas, virá outro imposto?

Todos já ouviram - e ninguém contestou nada do que foi dito - que **estatais às dezenas** como a ELETROPAULO, só para citar uma em evidência (ou a COSIPA, com seu prejuízo diário de um milhão de dólares), devem bilhões de dólares ao governo; que elas **não recolhem o que devem à Previdência**, nem mesmo o dinheiro descontado do salário de seus empregados sob aquela rubrica, mensalmente cometendo, portanto o crime da apropriação indébita; que as mesmas **estatais são as que mais devem à conta do FGTS**; que elas, mesmo assim, tomam dinheiro da União e na hora de pagar a conta dão o calote e tudo fica por isso mesmo (pior, de tempos em tempos requerem o perdão da dívida); que os serviços que

elas prestam à população são de qualidade geralmente sofrível, enquanto pagam os melhores salários e seus funcionários têm as mais equipadas, latifundiárias e privilegiadas "fundações" ou "associações".

É preciso acabar com isso e privatizar as estatais em todos os níveis. Vender umas cento e cinquenta e nove delas. A dívida do governo - essa pela qual pagamos um juro altíssimo todo santo dia - será assim abatida com a venda, principalmente daquelas estatais deficitárias. Nada que a iniciativa privada, em livre e sadia concorrência pudesse executar, deveria estar nas mãos do Estado, por ele controlado ou administrado. **Diminuí-lo de tamanho naquilo que é possível atribuir à iniciativa privada é o mesmo que eliminar a necessidade voraz de contribuições compulsórias, impostos mal cobrados e mal aplicados, favorecimentos e corrupções outras, um saco sem fundo.**

Intermediar monopolisticamente telefones, por exemplo, não é exatamente um papel vital em que deva o Estado, com exclusividade, empregar talento e recursos. Países como os Estados Unidos conseguiram manter-se apenas no controle dessa atividade, deixando-a completamente livre à criatividade da iniciativa empresarial. Surgiram assim as avançadas formas de comunicação, desde o cabo, o satélite, até as fibras óticas e tantas outras compatíveis entre si e cada vez mais eficientes.

Recordemo-nos que na área informática, tudo o que a iniciativa estatal fez no Brasil da arrependida reserva de mercado foi tentar reinventar coisas como a velha roda nos limiares do século XXI... e, repita-se tamanha teimosia foi custeada e paga por uma sociedade em ritmo crescente de empobrecimento através de dotações orçamentárias arranjadas em algumas das quase sessenta formas de impostos e tributos que paga...

É hora de acabar com tanto tipo de imposto que atribula a vida brasileira, burocratiza empresas, emperra a atividade fiscalizatória sadia, faz brotar a corrupção e torna-se um sempre doce maná às mal-intencionadas artimanhas contáveis de qualquer firma estabelecida que teima em sobreviver legalmente.

É preciso pensar urgente, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senadores da República, numa ampla e profunda reforma fiscal de fato. Por qual motivo não transformar o IPMF recém-aprovado - com ou contra a vontade de Itamar - no verdadeiro, explícito, justo e único imposto que haverão de pagar com gosto todos os cidadãos brasileiros? A quem interessa manter o cipoal ineficaz que é hoje essa imensa teia tributária? Se entre os

atuais tributos, já dissemos, existem alguns que sequer pagam o custo dispendido com sua própria arrecadação? Se só na corrupta máquina de arrecadar o Brasil depende hoje três por cento de seu Produto Interno Bruto? Se os índices de sonegação, dada também à burra complexidade do sistema, são mesmo superiores aos montantes arrecadados, conforme a própria Receita tem amiúde e publicamente admitido?

Já que o Senhor Presidente da República se encontra em momentânea crise existencial, a tal ponto de recusar-se a falar sobre economia e ficar na dúvida se veta ou não, se sanciona, regulamenta ou não um IPMF já partilhado e desmilingüido por quem os aprovou antes de entrar em vigor, é bom fazer rápido outra mudança de vital importância para que a economia brasileira assuma rumo e direção: o Banco Central precisa de total autonomia com relação ao Tesouro. Seus diretores, com mandato e luz própria, devem ser imunes à danosa ingerência de um Executivo movido pelas paixões políticas do momento e sempre com o dedo sobre o botão aos quais dá-se o nome de moeda, ora apelidada de cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo ou, como já se ensaiou alhures, cruzeiro forte.

É preciso eliminar de vez esse promíscuo relacionamento até aqui existente entre BC e Tesouro, fonte alimentar da inflação e gerador de permanente e justa desconfiança dos agentes econômicos todos, daqui e do Exterior.

Afinal, ninguém consegue mesmo dormir com tanto barulho: num dia tomba um Ministro das Finanças denunciando ingerências políticas exatamente no Banco Central; noutro dia toma posse o Ministro-do-dia das Finanças (o mesmo que antigamente era criticado pelo então Senador Itamar por suspeitos desperdícios, mas que hoje por ele é elogiado e convidado para tapar buracos) dizendo-se carne e unha com o Senhor Presidente, o verdadeiro e único orientador econômico; já no terceiro dia o Presidente manda dizer que, como se de férias estivesse para esses "banais" assuntos, não mais falará sobre inflação nem economia, aumentando assim a especulação e as incertezas gerais da nação já atônita, já sem rumo, já com a justificada impressão de que está mesmo à deriva e sem timoneiro.

Em meio a esses revezes, começam a surgir as primeiras denúncias de corrupção num governo que nasceu e se fez poder com a marca ética dos carapintadas na rua... Presidente Itamar, mantenha a moralidade pública, acabe com a impunidade e coloque os ladrões todos na cadeia.

É preciso governar. O Brasil não agüentará uma segunda vez..."

Publicado no Jornal O Estado do Paraná em

14.03.93.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1993.

"Basta com essa Máfia".  
publicada na Gazeta do Povo.

Ausente do País o Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que se acha em viagem de trabalho à República de Cuba, como representante oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, levando ao governo cubano propostas de intercâmbio nas áreas científica, tecnológica, comercial e cultural, foram, os companheiros de seu gabinete, surpreendidos por uma pseudo-denúncia publicada no domingo, dia 7, no "Jornal do Estado", e republicada, a pedido do PDT, no primeiro caderno da "Gazeta do Povo" desta terça, dia 9, em que, entre outras aleivosias, declara que o parlamentar, presente a uma reunião com lideranças do PMDB, do PT, do movimento social e autoridades estaduais, teria subscrito proposta de movimento de incitação da população contra o sistema do transporte coletivo de Curitiba, incluindo palavras-de-ordem contra o patrimônio físico do sistema e uma interessante operação "pula-catraca".

Característica do subjornalismo rasteiro e vendido que se pratica de poucas semanas para cá naquele jornal, coincidentemente desde um encontro reservado entre os Senhores Roberto Barrozo Filho e João Simões, aquele proprietário do órgão e este secretário do Sindicato das Empresas do Transporte Coletivo de Curitiba, a mesma "matéria" dá que o Deputado estaria de viagem à Ilha "às custas da Assembléia Legislativa - leia-se do povo do Paraná".

Na certeza de que a "Gazeta do Povo", jornal de jornalismo, assegurará a publicação de nossa resposta, em espaço compatível, em nome do companheiro ausente temos a esclarecer ao leitor atento, consciente e responsável que:

I - O Deputado Luiz Henrique Bona Turra viaja a expensas próprias, conquanto represente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em missão oficial àquele País, nos termos de requerimento votado e aprovado em Plenário, sob o Número 2164, de 13 de janeiro de 1993.

II - A viagem realiza-se a convite do Centro de Estudios para El Desarrollo, da Universidade de Havana, e tem por objetivo estudar formas de cooperação econômica, científica, tecnológica e cultural.

III - O Deputado Bona Turra leva propostas do governo e de setores empresariais do Estado para intercâmbio com o Go-

verno de Cuba nas áreas da construção civil e eletrificação rural, no sentido Paraná-Cuba, e em sentido inverso na área da pesquisa médica e farmacológica, em que a experiência cubana, reconhecidamente, alcança o estatuto de vanguarda.

IV - O requerimento para a cobertura das despesas de viagem pelo Poder Legislativo, formulado pelo Parlamentar e indeferido em Plenário na última quinta-feira, após aprovação em primeira discussão na quarta-feira imediatamente anterior, justifica-se face ao caráter da missão, oficial e de trabalho. Vale assinalar que as despesas, ora cobertas de próprio bolso pelo Parlamentar, com sacrifício, representariam US\$ 1.017 (hum mil e dezessete dólares), incluindo custos de viagem, hotel e alimentação por oito (oito) dias. O movimento liderado pelo Deputado Erondy Silvério para a desautorização da cobertura das despesas de viagem ocorreu imediatamente após pronunciamento do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, na tarde da quinta-feira, dia 4, em que formulava gravíssimas denúncias contra "a aliança de políticos corruptos, administradores mal intencionados e empresários corruptores que está levando ao absoluto descontrole o sistema de transporte coletivo de Curitiba".

Da Tribuna, o Deputado Bona Turra denunciava como ato ilegal e lesivo à Lei de Proteção ao Consumidor recente Decreto n° 328, do Prefeito Rafael Greca, que restringe a venda de vales-transportes aos dez primeiros dias do mês e, portanto, sonega ao consumidor insumos e bens disponíveis. Associava-se às denúncias feitas pelo Vereador Jorge Miguel Samek contra a mais recente majoração da tarifa do transporte coletivo na Capital - de cinco para oito mil cruzeiros - num aumento muito superior ao da inflação no período. Denunciava o derrame de vales-transporte como parte da Operação Tapa-Buraco nas contas da URBS, destinada a cobrir os rombos provocados pelo represamento da tarifa nos meses anteriores à campanha de sucessão municipal e ao financiamento dos custos da campanha de Greca pelas empresas operadoras do transporte coletivo na Capital.

Afirmava o Deputado Bona Turra, no pronunciamento que levou o Deputado e Empresário do transporte coletivo Erondy Silvério à "represália" contra missão oficial aprovada sem reservas, na véspera, pela Assembléia.

"Temos em Curitiba um quadro profundamente estranhável, uma coleção de crimes e atentados contra o bolso do cidadão usuário do transporte coletivo, que hoje paga a mais alta tarifa do País, numa cidade que havia conquistado, durante as administrações populares entre 1983 e 88, a ges-

tão pública do sistema de transporte, o vale-transporte, o controle rígido das planilhas de custo, e começava a construir a capitalização social do sistema, com a instauração da Frota Pública. Contra essas conquistas investiu a gestão antipopular do Senhor Jaime Lerner e contra elas investe hoje a gestão patrocinada pelas empresas operadoras".

Como se deprende - e ao contrário das afirmações levianas e inconsistentes publicadas pelo "Jornal do Estado", em matéria sem autor visível, pela qual nenhum dos autênticos profissionais daquele órgão se diria responsável - o Deputado Luiz Henrique Bona Turra não conspira contra o sistema do transporte coletivo de Curitiba. Antes, defende as conquistas da população contra o complexo de interesses mafiosos que atenta contra este sistema.

Nem seria de seu feito conspirar, tramar à sombra, estabelecer conluios. Nem mesmo os mais encarniçados adversários lhe negam o reconhecimento da bravura com que, de plano e sempre à luz do dia, vem erguendo a voz em favor do usuário do transporte coletivo, do mutuário do sistema financeiro da habitação, do consumidor lesado em seus direitos, do pequeno agricultor asfixiado por juro extorsivos, bravura que demonstrou à exaustão, ademais, quando, à frente do Decom, reformou em profundidade o sistema de orçamentação das obras públicas do Estado, enfrentando poderosos "lobbies" de empreiteiras acostumadas à pilhagem do bem público.

O que pretende a máfia das operadoras do transporte coletivo de Curitiba, agora tendo como seu garoto-de-recados o Senhor Roberto Barrozo Filho, que passa a insultar a memória de seu digno pai e envergonhar os profissionais conscientes que compõem a equipe do "Jornal do Estado", é - manobra frágil mas esperta - Criminalizar Preventivamente todo movimento de reação popular a aumentos de tarifa.

Os aumentos - é fácil prever, nesta gestão, coerente sucessora da política antipopular do Senhor Lerner - continuarão a crescer com a costumeira avidez e o habitual sistema de rapinagem. O que não se pode prever - ah, não! - quando a população dará Um Basta a Essa Máfia!

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON JUSTUS, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1993.**

"ITÁLIA 24 DE MAIO DE 1945 -  
DESPEDIDA DE UM GENERAL DE SEUS  
COMANDADOS E CANHÕES"

Publicado no Jornal Gazeta do Povo

Nossos canhões silenciaram. Não há

mais inimigos. A vitória, completa e espetacular, foi conseguida. A Alemanha está vencida. A participação militar do Brasil - nesse choque de forças ciclópicas, que abalou o mundo, para definição de sua vida futura - assinala, sem dúvida alguma, uma etapa de nossa história. E fostes, soldado da P.E.B., atores da fixação desse marco, que há de ter influência decisiva nos destinos nacionais. Oficiais de meu E.M. cmts, e oficiais de minhas eficientes unidades. Soldados bravos de minha artilharia. Pela última vez, é bem provável, eu vos vejo a todos reunidos. E é com esse pensamento, que sinto desfilar diante de mim, todo o esforço que dispendestes neste ano e meio de nossa vida. Vejo-vos, inicialmente, na fase de organização da D.I.E., ainda no Brasil, trabalhando a fundo no nobilitante afã de ser, nos campos de batalha da Europa, os continuadores dos artilheiros de Malet. Vejo-vos, também, alegres e varonis embarcando e viajando para o velho mundo, para a guerra, conscientemente orgulhosos da missão recebida. Vejo-vos, ainda no período sempre tão cheio de preocupações, da entrada em linhas, das primeiras ações. Vejo-vos, depois, no labutar de todo o dia estudando, meditando profundamente sobre o apoio a dar ao bravo infante nas suas ações ofensivas, ou nas suas atitudes agressivas, sempre agindo, tanto com o cérebro quanto com o coração. Vejo-vos, finalmente, após as operações fracassadas ou vitoriosas, com a alma angustiada, verificando num exame de consciência, se o malogro da ação não foi devido a falta de um apoio de artilharia mais enérgico, ou se as perdas dos encontros felizes, não poderiam ter sido menores, por um emprego mais eficiente de vossos canhões. E porque sempre fostes assim, e que contemplando-vos, todos reunidos, eu sinto uma enorme satisfação e um grande orgulho. Ao mesmo tempo, porém essa formatura tem qualquer coisa que significa separação. Nossas atividades futuras nos irão dispersar. E, se, - alegres, tranqüilos pelo dever cumprido, dentro em breve, retornando à pátria distante e tão querida voltaremos aos nossos lares, ao convívio dos que são caros - declaro-vos, perante Deus e tendo por testemunha a bandeira do Brasil que prodigo que me seja, porventura, o destino de minha vida militar, nenhuma missão dar-me-á orgulho e felicidade maior do que ter sido vosso chefe, vosso condutor, o cmt. da A.D. na campanha da Itália. - Meus oficiais - em breve, no Brasil, nossas funções nos separarão. Agradeço-vos, nesse instante de tantas emoções o concurso inestimável que me prestastes, a cooperação sem limites que me destes, o conforto do carinho e da ami-

zade com que sempre me cercastes. Nesse momento forçoso é declarar, porque antes de tudo representa justiça, que nunca soube distinguir nas minhas unidades o oficial de reserva dos profissionais - tal seu comportamento na guerra. - Meus soldados - a pátria, dentro em pouco, vos vai licenciar das fileiras de seu Exército. Voltai para vossas atividades normais, para o aconchego de vossas famílias com a consciência tranqüila porque tudo destes para o exato desempenho de vossa missão. Não sei, bravos artilheiros, adjetivar a vossa atuação. Eu só vos digo que, realmente, sois "cidadãos do Brasil".

Não atenderão a revista, na hora de nossa partida da Itália, muitos companheiros que, tão bravamente lutaram aqui. São os sacrificados pelo Brasil.

Contam-se, por centenas, na nossa divisão. Seus nomes, a nação conservará no Panteon da História. Sua vida, eles a deram para que a pátria, sobrevivesse, com dignidade e honra.

A eles todas as nossas homenagens nesta memorável manhã, que recorda uma das mais belas páginas de nossa história. Tuiuti, 24 de maio de 1966, em que fulgem as figuras simbólicas de Sampo, Malet e Osório. Canhões amigos, a quem vós artilheiros imprimistes uma alma, rendei nos campos ensangüentados da milionária Itália, a esses heróis - o tributo de vossa admiração. Pela última vez atuai em massa. Pelos que morreram pela pátria: soldados, sentido! Bandeira do Brasil - em funeral! Artilharia da 1ª D.I.E. - Fogo! Meus camaradas. Eles não pereceram em vão. Infelizmente é ainda com essa argamassa de sofrimento, de dor, é com a vida de seus filhos que as nações conquistam o seu lugar no mundo. Eles morreram como pelos tempos afora tombaram pela pátria os heróis que forjaram a nacionalidade, que balizaram suas fronteiras, que lhe deram foros de cidadania. Seu sacrifício engrandeceu a terra dos seus e dos nossos sonhos; seu sangue tornou-a mais respeitada; sua morte fê-la mais brasileira. Não desaparecem. Debalde, os bravos irmãos que aqui ficaram. A pátria vive. O Brasil é eterno. Salve! Brasil! (a) general Cordeiro de Farias (Do. B.I. n° 67, de 24/V/45, da A.D. - Coletivo - Transcrito de ordem do Exmo Sr. Gen. Cmt. da A.D.).

N.R.: Atendendo solicitação dos expedicionários do Paraná, a Gazeta do Povo publica na íntegra o discurso do general Cordeiro de Faria, quando se despediu dos seus comandados, na Itália. No último dia 20 de fevereiro, foi comemorada a passagem de mais um aniversário da Tomada de Monte Castelo pelos pracinhas brasileiros.